

# tempo e presença

Publicação de KOINONIA ■ Nº 303 ■ Ano 21 ■ Janeiro/fevereiro de 1999 ■ R\$ 3,00

**Especial**

# DÍVIDA E TERNA



tempo e presença  
20 anos 1979-1999

*O momento econômico e político é, no mínimo, assustador. Nos últimos anos, o governo tem-se utilizado de mecanismos legalmente duvidosos e de uma linguagem hermética e ufanista, para eludir os inúmeros problemas decorrentes do endividamento externo e interno. Reproduzindo o discurso oficial sem escrúpulos, a grande imprensa tem apresentado essa problemática de modo distorcido por meio do “pensamento único”.*

*No entanto, em diferentes setores da sociedade, forças vivas mantiveram-se alertas quanto às conseqüências dessa sistemática sangria de recursos em favor dos interesses de credores internacionais, embasada na valorização artificial da moeda, ancorada numa política de juros escorchantes e na abertura do mercado, a fim de manter uma volumosa reserva em dólares.*

*Sabemos dos resultados desse modelo: o País tornou-se refém do capital especulativo e a dívida interna cresceu (e continua crescendo!) em escala geométrica, e a situação do setor produtivo nacional vai-se tornando insustentável. A despeito disso, esse modelo garantiu a reeleição do presidente Fernando Henrique que, sentindo-se à vontade, está levando ainda mais longe o comprometimento com as regras do mercado financeiro internacional — por sinal, o grande beneficiário dessa estratégia socialmente arriscada e politicamente entreguista.*

*Fechando esta que é a última década do século, e ainda sob o impacto das mais recentes decisões econômicas, decidimos efetuar um balanço do passado recente e do estado atual das questões em torno do endividamento, cujos resultados incidem decisivamente na qualidade de vida da população brasileira.*

*A par disso, no plano internacional, as igrejas históricas encontram-se empenhadas numa grande campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países empobrecidos do Terceiro Mundo. Em Málaga, Espanha, o Conselho Mundial de Igrejas*

*promoveu uma Consulta sobre essa temática, e constituiu um Grupo de Trabalho em torno do assunto em sua mais recente Assembléia (Harare, Zimbabwe). No Brasil, a Semana Social da CNBB dedicou-se ao tema e este número especial está referenciado nas discussões e conclusões aí produzidas.*

*O empenho das igrejas, as reflexões e as interpretações que trazemos nos ensinam, entre outros aspectos, a dimensão teológica que o problema comporta. O mecanismo do endividamento permanente atenta contra a vida e a qualidade de vida ao longo de gerações; erige monumentais obstáculos não só ao desenvolvimento econômico em seu sentido técnico, mas também ao desenvolvimento físico, intelectual e moral de milhões de homens e mulheres, em centenas de nações. É muito mais do que uma crise passageira, ou um mero problema de relações diplomáticas. Trata-se de uma conspiração satânica, contra a qual os cristãos e não-cristãos são chamados a opor-se ecumenicamente.*

*O ano de 1999 nos é particularmente significativo. Nele, TEMPO E PRESENÇA está completando vinte anos de existência. Visando aumentar a qualidade da publicação, estaremos introduzindo, a partir do próximo número, melhoramentos nos projetos gráfico e editorial, bem como implementando estratégias para a ampliação do número de assinantes e leitores. Pretendemos realizar ainda eventos comemorativos que serão oportunamente divulgados.*

*Nada disso seria possível sem a fidelidade e o incentivo de vocês que nos prestigiam e nos permitem continuar firmes nesse propósito de informar, contra-informar e subsidiar as reflexões e as práticas em favor de um Brasil mais justo e bom de se viver nele.*

*Muito obrigado!*

## SUMÁRIO

### Advertência

- 5 A DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL  
SOBRE OS TRABALHADORES

### Memória

- 10 AS RAÍZES DAS DÍVIDAS SOCIAIS

### Denúncia

- 15 ACORDO COM O FMI: TUDO  
PARA O CAPITAL, MIGALHAS  
PARA O SOCIAL  
Marcos Arruda

### Atualização

- 19 A DÍVIDA PÚBLICA  
E O MUNDO DA VIDA  
Guilherme C. Delgado

### Processo

- 22 DÍVIDA EXTERNA E  
CONDICIONAMENTOS POSITIVOS  
Reinaldo Gonçalves

### Perspectiva

- 26 DÍVIDA EXTERNA E JUBILEU:  
UMA REFLEXÃO TEOLÓGICA  
Walter Altmann

### Orientação

- 29 SIMPÓSIO APONTA CAMINHOS  
PARA ENFRENTAR A DÍVIDA

### Solidariedade

- 36 TEMPO DE COMEÇAR DE NOVO:  
A CAMPANHA JUBILEU 2000.  
UMA INICIATIVA ECUMÊNICA DE  
RESPONSABILIDADE E SOLIDARIEDADE  
Magali do Nascimento Cunha

### Documento

- 42 DÍVIDA EXTERNA – PROCLAMAÇÃO  
DO MOVIMENTO ECUMÊNICO.  
“UM APELO PARA PÔR FIM AO JUGO  
DA DÍVIDA QUE OPRIME OS POVOS  
EMPOBRECIDOS”

### Esperança

- 45 “APESAR DE DIFERENÇAS,  
PERMANECEREMOS JUNTOS”  
Jether Pereira Ramalho

### Rubem Alves

- 49 OS FILHOS VÃO À ESCOLA

### Koinonia

- 51 PRESENÇA EM NOSSO TEMPO  
Carlos Cunha

As ilustrações utilizadas neste número — publicadas entre os anos 70 e 80 — foram escolhidas para demonstrar que o problema da dívida externa permace tão grave quanto naquele período. Este material foi cedido à CNBB, ao Conic e à Cese para exposição na 3ª Semana Social Brasileira.



CNBB

**Biblioteca - Koinonia**

(X) Cadastrado

(V) Processado

Lideranças de diversos setores sociais estiveram presentes no Simpósio sobre a Dívida Externa Brasileira

## tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA  
Janeiro/fevereiro de 1999  
Ano 21 – nº 303

### KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (021) 224-6713  
Fax (021) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira  
Emir Sader  
Ivoni Reimer  
José Oscar Beozzo  
Francisco Catão  
Jether Pereira Ramalho  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Tânia Mara Sampaio Vieira

### CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves

### EDITOR

José Bittencourt Filho

### EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa  
Mtb 18619

### ORGANIZADOR DESTA NÚMERO

Jether Pereira Ramalho

### EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

### COPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

### REVISOR

Carlos Cunha

### SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

### CAPA

Anita Slade, cartum de Laerte

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

### FOTOLITOS

Graftex

### IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso  
R\$ 3,00

Assinatura anual  
R\$ 18,00

Assinatura de apoio  
R\$ 25,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Mantenho há longo tempo a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA e pretendo continuar leitor de carteirinha desta inspirada publicação.

Quero agradecer pelo trabalho que vocês realizam, com profundidade e seriedade, oportunizando conhecimento e consciência crítica a seus leitores. Sempre que posso tenho indicado aos amigos e colegas a leitura desta revista.

**Vanderlei Albino Lain**  
Olinda/PE

A vocês que fazem acontecer através deste meio de comunicação, inicialmente quero desejar-lhes um Próspero Ano Novo.

Depois lembrar de alguns textos que certamente ficarão marcados em minha memória: janeiro/fevereiro – Fundamentos de um projeto novo para o Brasil; este nos alerta, sobre o papel dos meios de comunicação social, das estratégias para permanecerem no conformismo, "... compram inclusive nossas consciências" (diz o jornalista Cesar Benjamin). E aponta (para) um projeto novo para a nação. A idéia — aliás, trivial que existe, alternativas, tornou-se deveras in-

cômoda...". Merecem destaque também: Amazônia e o Mundo Atual – julho/agosto; Direitos Humanos e Crise da Ásia ou do Capitalismo de setembro/outubro.

Acredito que somente pela conscientização poderemos descobrir o verdadeiro sentido da liberdade e desenvolvimento da vida, do ser humano sobre o capital.

**Adroaldo José Dallabrida**  
Ajuricaba/RS

Com alegria e ternura redobradas renovo minha assinatura de TEMPO E PRESENÇA. Digo "redobradas" porque partilho esta alegria com mais duas amigas, presenteando-as com uma assinatura de TEMPO E PRESENÇA.

Para mim, TEMPO E PRESENÇA já faz parte da história da memória de todos aqueles que fazem da vida sonho, utopia e compromisso, numa grande ciranda ecumênica.

Queremos nesta grande família macro-ecumênica entrar no Novo Milênio. Comunhão, tempo de graça e esperança, tempo semente criança. Recriação!

**Irmã Veroni Martins**  
São Clérlandia/GO

Quero parabenizá-los pelo excelente trabalho ecumênico expresso na revista TEMPO E PRESENÇA. Espero que continuem nesta linha editorial que, ao meu ver, é excelente!

Tendo em mãos o nº 292 "Arte: Mistério e Liberdade", na página 2, numa nota final do editorial, encontrei uma informação preciosa sobre 3 números e que gostaria muitíssimo de recebê-los.

Trata-se dos nº 275 "Da arte, da festa, da mística"; nº 280 "Da educação, do carisma, do silêncio"; nº 286 "Imagens do tempo".

Aguardo uma resposta.

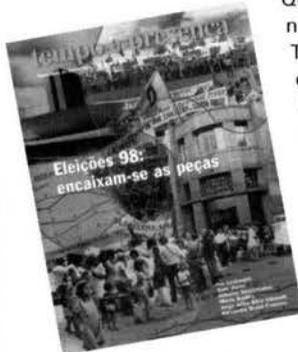
**Frei Joaquim Fonseca de Souza**

São Paulo/SP

### ERRAMOS...

Na página 12 do nº 301 de TEMPO E PRESENÇA, no artigo intitulado "Meio século de compromisso ecumênico", onde se lê grupo "Tortura Nunca Mais" leia-se "Projeto Brasil Nunca Mais", que contou com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo.

## AINDA NÃO ASSINOU TEMPO E PRESENÇA?



Quem lê TEMPO E PRESENÇA não pode ficar somente com um número.

TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas.

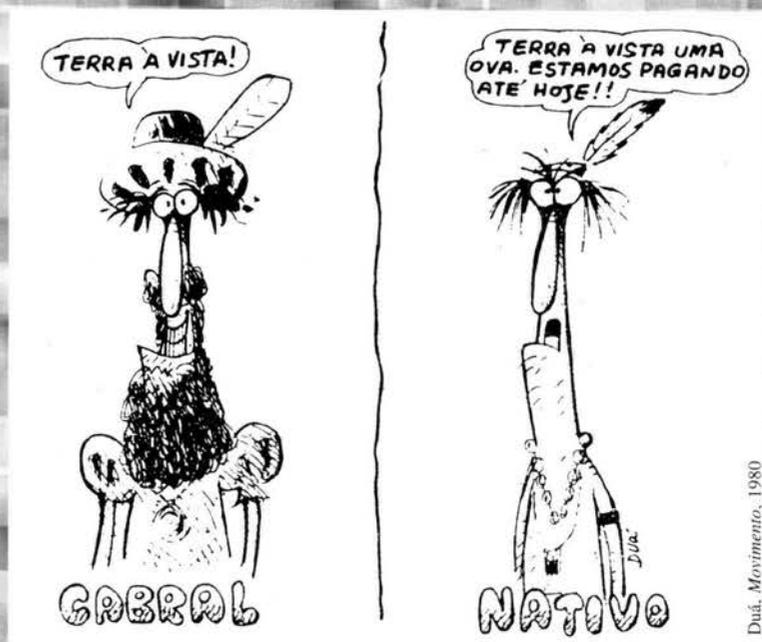
Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque em nome de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0

(remeter cópia do recibo)

- Vale Postal para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (remeter cópia do recibo)
- Enviar para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição  
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Tel. 021-2246713 Fax 021-2213016 E-mail: koinos@ax.apc.org



Duda, Movimento, 1980

## A DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL SOBRE OS TRABALHADORES

**A crise do real já vinha sendo esboçada faz algum tempo. Tal esboço até aqui desenvolvido, a situação atual em que se encontra e a projeção dos novos cenários é o que o Dieese tenta esmiuçar avaliando possíveis desdobramentos de uma crise econômica desgastante**

O processo de desvalorização do real, iniciado no dia 13 de janeiro, trouxe à tona a inconsistência e a fragilidade da política econômica praticada e defendida pelo governo até esta data. Desde a crise do México, no final de 1994, alertava-se para a

possibilidade de a política de sustentação do real conduzir a economia brasileira a uma situação de estrangulamento externo e endividamento público, que se explicita agora em um quadro de instabilidade econômica e social.

Após o sucesso do plano de estabilização, implementado a partir de um mecanismo de indexação total de preços e salários (URV – Unidade Real de Valor) e sua transformação em real, optou-se pela valorização do câmbio para estimular a entrada de produtos importados, aumentando a concorrência interna e acelerando a queda das taxas de inflação. Esta opção levou ao desequilíbrio da balança comercial brasileira, que passou de uma posição superavitária para uma situação deficitária (Tabela 1).

A prática de juros altos que acompanhou a valorização do real durante esse período teve como objetivo principal atrair capitais externos interessados numa rentabilidade superior à oferecida no mercado internacional. Esses capitais tiveram a função de cobrir os déficits criados e aumentar as reservas brasileiras de dólares, permitindo ao país a sustentação da política adotada. As elevadas taxas de juros também visaram à contenção do crescimento econômico como forma de controlar o desequilíbrio da balança comercial causado pela política cambial e evitar pressões de demanda sobre os preços.

Em consequência dessa combinação de políticas (câmbio valorizado e altas taxas de juros), o desemprego aumentou no período do real. Entre

**Tabela 1 – BALANÇA COMERCIAL**  
BRASIL 1992–1998 (em US\$ bilhões)

Contas	1992	1994	1996	1998
Exportações	35,8	43,5	47,7	51,1
Importações	20,6	33,1	53,3	57,6
Resultado da balança comercial	15,2	10,4	- 5,6	- 6,4

Fonte: Banco Central do Brasil

**Tabela 2 – DÍVIDA EXTERNA, DÍVIDA INTERNA E DÉFICIT PÚBLICO**  
BRASIL 1994 e 1998

Itens	Dez/1994	Set/1998
Dívida externa (em US\$ bilhões)	148,3	228,3
Dívida interna (em R\$ bilhões)	151,6	310,6
Superávit ou déficit público primário (em % do PIB) (1)	5,2%	- 1,2%
Superávit ou déficit público operacional (em % do PIB) (2)	1,3%	- 7,7%

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas: (1) Superávit ou déficit público primário = resultado fiscal (arrecadação – gastos), excluindo juros

(2) Superávit ou déficit público operacional = resultado fiscal incluindo pagamento de juros da dívida do setor público

outros impactos negativos sobre o mercado de trabalho (dificuldade na obtenção de reajustes salariais em conformidade com a inflação, perda de benefícios etc), este foi o efeito mais grave gerado pela política econômica. Esta política também criou uma armadilha para si própria, ao alimentar o endividamento externo e interno.

O aumento da dívida externa ocorreu devido ao fato de o setor privado ter sido estimulado a cobrir suas necessidades financeiras com recursos captados a taxas menores no mercado internacional. O crescimento da dívida interna pública, por sua vez, decorreu diretamente do aumento dos juros (Tabela 2). Conseqüentemente, e a despeito dos recursos gerados por um intenso processo de privatização a que foram submetidas as empresas estatais, o déficit público reapareceu, levando o governo a implementar um forte ajuste fiscal (aumento de impostos e corte de gastos) para cobrir o rombo originado pelas altas taxas

de juros, com profundo efeito recessivo.

Em resumo, a administração do Plano Real, apoiada no círculo vicioso do endividamento e dependência de recursos externos, levou o país a uma posição extremamente vulnerável. Com a crise do México (1995), Ásia (1997), e mais recentemente da Rússia (1998), elevou-se o grau de desconfiança dos investidores estrangeiros com relação aos países ditos emergentes, e tornou mais difícil, cara e insegura a manutenção da política econômica apoiada nas âncoras do câmbio valorizado e dos juros altos. Diante do risco de uma desvalorização do real e de seus impactos sobre a dívida pública crescente, um movimento de fuga de capitais especulativos nacionais e internacionais foi intensificado recentemente. Este quadro determinou a saída do então presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco, e a mudança na política cambial.

De início, procurou-se fazer uma desvalorização de apenas 8,5%, alargando-se o teto da banda cambial para R\$ 1,32/US\$ 1,00. A especulação, potencializada pela timidez da medida, intensificou a fuga de capitais e forçou a elevação do dólar, que ultrapassou o teto fixado pelo Banco Central. Para manter a nova taxa de câmbio seria necessário o aumento da oferta de dólares mediante a redução das reservas internacionais, o que foi feito no primeiro momento. Porém, a contínua queda das reservas, sem os resultados esperados sobre a taxa de câmbio, levou à flutuação livre.

Ainda sob o impacto especulativo da recente decisão da equipe econômica, o dólar acumula uma valorização de mais de 50% desde o início do processo de desvalorização do real. As conseqüências desse processo sobre os trabalhadores são discutidas a seguir.

### IMPACTOS DA DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL NOS PREÇOS

A taxa de câmbio é um dos preços fundamentais na economia. No caso brasileiro, a abertura comercial nos anos de 1990 e a valorização cambial do período pós-real forçaram a redução e estabilização de preços, especialmente dos bens denominados comercializáveis, produtos que possuem similar estrangeiro passível de ser negociado no mercado internacional. Contudo, como foi dito anteriormente, essa política de controle da inflação teve como conseqüência a desestabilização das contas externas do país. Além disso, a substituição da produção nacional pela importação de similar estrangeiro desarticulou diversas cadeias produtivas e inviabilizou o funcionamento de inúmeras empresas.

### Efeitos da desvalorização cambial

A desvalorização cambial significa uma potencial elevação das receitas dos setores exportadores. Para os setores que dependem de recursos externos e de insumos, máquinas e ma-

térias-primas importadas, a desvalorização cambial implica elevação de custos. A nova taxa de câmbio definirá a magnitude dessa elevação nos custos de tais setores. No entanto, o repasse dessa elevação para os preços finais dependerá dos seguintes fatores:

- a) nível da atividade econômica;
- b) grau de nacionalização da produção;
- c) resultado das negociações comerciais e diplomáticas com os parceiros comerciais do Brasil, especialmente dos países integrantes do Mercosul;
- d) capacidade e tempo necessário para as empresas aqui instaladas se adaptarem ao novo cenário, adequando sua produção às novas exigências de qualidade e preços, num processo de substituição de importações e ampliação das exportações;
- e) resultados da negociação de preços entre fornecedores e produtores ao longo das diversas cadeias produtivas e na demanda;
- f) características concorrenciais de cada setor, ou seja, número e tamanho das empresas, essencialidade de seus produtos e comportamento de seus preços diante das variações na produção;
- g) capacidade política do Governo Federal e da efetividade de seus mecanismos institucionais na fiscalização e formação de preços. Aqui se destacam os possíveis efeitos sobre os preços decorrentes das importações de petróleo. Porém, este fato pode ser amenizado pelo significativo potencial de administração desse mesmo preço, uma vez que nos últimos tempos o preço internacional do petróleo vem caindo e essa queda não foi repassada internamente.

Ainda há incertezas com relação ao novo regime cambial a ser adotado pelo Governo: se mantém a livre flutuação ou se estabelece algum mecanismo de interferência do tipo "bandas informais". Recentemente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) iniciou a unificação dos mercados flutuante e comercial de dólar, que passam a ter uma única cotação, podendo os dólares de um dos mercados suprir as necessidades do outro. Além

disto, em se mantendo as dúvidas quanto à solvência da economia brasileira (pública ou privada) é razoável esperar que a taxa de câmbio mantenha-se com alguma volatilidade nas próximas semanas.

#### Os impactos inflacionários

O ano de 1998 registrou a menor variação anual (0,49%) do Índice de Custo de Vida do Dieese, consolidando a tendência de queda na variação dos preços, desde a implantação do Plano Real: 27,44%, em 1995; 9,94%, em 1996, e 6,11%, em 1997.

Embora seja prematuro fazer estimativas sobre o comportamento da inflação em 1999, a desvalorização cambial em curso afetará o comportamento dos preços ao longo dos próximos meses. Como ainda há uma grande instabilidade no mercado cambial, não é possível prever a nova paridade do real com o dólar, o que torna mais difícil analisar seus impactos nas taxas de inflação.

A desindexação da economia atua como um inibidor na propagação de tendências altistas nos preços. Ou seja, o choque nos custos provocado pela desvalorização cambial tende a ser repassado de forma distribuída ao longo de alguns meses, provocando um repique em alguns preços que, no primeiro momento, afetaria as taxas de inflação. Contudo, na ausência de mecanismos formais e informais de

indexação, esses aumentos não se propagariam para todos os preços da economia.

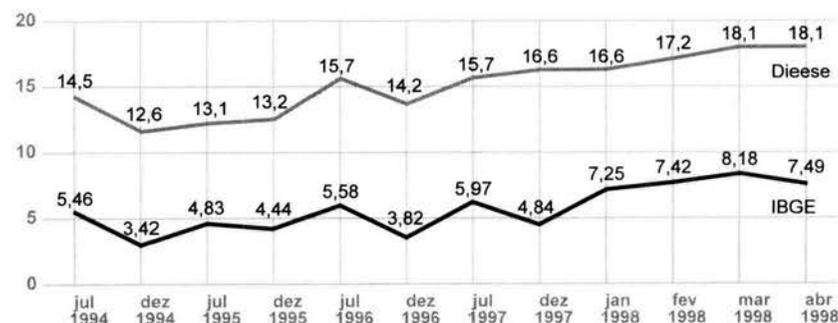
Assim, seria possível pensar que, na ausência de novos distúrbios econômicos, a taxa de inflação recuaria para patamares menores do que os gerados pelo choque no câmbio. Neste caso, se cristalizaria uma transferência de renda na economia — principalmente dos trabalhadores — para aqueles setores que conseguiram indexar sua renda ao câmbio e à taxa de inflação.

Antes das turbulências deste início de ano, previa-se que a atividade econômica sofreria uma retração em 1999. O próprio governo estimava uma queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB). Logo, além da desindexação, um ambiente econômico de estagnação torna pouco provável que todas as empresas tenham capacidade de repassar plenamente eventuais elevações de custos para os preços.

No caso da cesta básica e dos produtos essenciais de consumo, pode-se antever que os derivados do trigo deverão sofrer um impacto altista, visto que 73% do consumo nacional é importado, o mesmo ocorrendo com o arroz, que tem 1/4 da sua oferta preenchida por importações. Os medicamentos e produtos farmacêuticos, que já vêm numa tendência de alta — nos últimos dois anos seus preços foram majorados em 25,36% — devem con-

## O AVANÇO DO DESEMPREGO

Porcentagem da população economicamente ativa



Fonte: IBGE/Seade/Dieese

tinuar nesta trajetória. Outros produtos que podem ter os preços elevados são os exportáveis, como café, açúcar, frango, frutas e cacau, mesmo considerando a recente queda das cotações no mercado internacional. Com a ampliação das exportações desses produtos, há uma tendência de que os preços praticados no País sejam iguais, em reais, aos do mercado internacional.

À luz das considerações acima é possível estimar que o impacto da atual desvalorização sobre a elevação do custo de vida ficará muito abaixo de dois dígitos (4% a 6%) em 1999. Esta estimativa é feita admitindo-se uma valorização de 30% do dólar e agrupando-se os produtos do Índice de Custo de Vida (ICV)/Dieese de acordo com prováveis efeitos da alteração do câmbio sobre seus custos e também considerando as diferentes possibilidades de repasses aos preços. Entretanto, cabe lembrar que nem todos os preços acompanhados pelas pesquisas que medem a inflação são determinados pela taxa de câmbio. Assim, é possível que ocorram altas (ou quedas) de preços ao longo deste ano que não se relacionem com a desvalorização do real mas que sejam determinadas, por exemplo, por aspectos sazonais ou climáticos (safras, enchentes, seca, mudança de estação etc) e que também tenham impacto para aumentar ou diminuir o índice do custo de vida.

#### **IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO**

Nesta década, ampliou-se a precarização no mercado de trabalho brasileiro: foram extintos cerca de dois milhões de postos de trabalho no setor formal da economia e a taxa de desemprego quase dobrou. A taxa medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese/Seade na Região Metropolitana de São Paulo, saltou de 10,3%, em 1990, para cerca de 18,3 %, em 1998. Após o Plano Real, mesmo com uma taxa acumulada de crescimento do

PIB da ordem de 16,6%, a taxa de desemprego não cedeu.

A política proposta ao final de 1998 para enfrentamento da crise da Rússia previa um ajuste fiscal baseado no corte de gastos públicos e aumento de impostos. A taxa de juros, por sua vez, seria mantida em patamares elevados, até que os efeitos do ajuste fiscal surgissem. Essa política, com certeza, já apontava na direção do aprofundamento da trajetória recessiva e permitia prever um novo salto no desemprego no país. A instabilidade atual (oscilação câmbio e juros altos) não muda essa previsão, ao contrário, a potencializa.

#### **SALÁRIOS E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS**

No primeiro semestre de 1998, dentre as 220 negociações coletivas acompanhadas pelo Banco de Dados Sindicais do Dieese, 68% alcançaram correção salarial igual ou superior à variação do INPC/IBGE do período. Este resultado foi superior ao verificado nos primeiros semestres de 1996 e 1997. O quadro previsto para 1999, porém, não é tão positivo.

As maiores dificuldades para a recomposição do poder de compra dos salários encontram-se no setor industrial e no setor público. A redução nos postos de trabalho no setor industrial desloca a agenda das negociações na direção da manutenção do emprego. Por outro lado, no setor público, os sucessivos ajustes fiscais e a reforma administrativa dificultam os processos de negociação, que muitas vezes sequer resultam na assinatura de acordos coletivos de trabalho.

Os setores menos atingidos pela atual intensificação da instabilidade da economia buscarão privilegiar a negociação de formas mais flexíveis de remuneração, tais como os abonos e participações nos lucros ou resultados (PLR), pois, ainda que possuam condições de repor perdas salariais, estarão sob intensa pressão para não fazê-lo, já que não há expectativas de aumento sustentado das vendas.

Além do mais, ressurgirão os argumentos de que reajustes salariais podem provocar o retorno da inflação e conseqüente reindexação da economia. Os segmentos que sofrerem maiores pressões de custos deverão ampliar as discussões sobre flexibilização das relações de trabalho, tanto as relacionadas à jornada (banco de horas, *lay-off*, redução de salário e jornada), quanto àquelas relacionadas aos direitos sociais e condições de trabalho. No setor público a limitação dos gastos com pessoal poderá significar mais cortes de postos de trabalho e de direitos sociais.

#### **PERSPECTIVAS**

Qualquer tentativa de antecipar resultados neste momento de alta instabilidade deve ser relativizada. Desta forma, o procedimento aqui adotado é o da análise de cenários de possíveis desdobramentos da atual crise do real.

As tendências apontadas pelo Dieese no final do ano passado quanto aos resultados do mercado de trabalho (emprego, desemprego e rendimentos) para os primeiros meses de 1999, foram reforçadas com a desvalorização do real. Os resultados esperados a partir do ajuste fiscal e elevação brutal das taxas de juros já indicavam retração da atividade econômica, com o conseqüente agravamento do desemprego e a queda dos salários reais.

Assim, propõe-se a reflexão sobre dois cenários:

##### **Cenário 1**

##### *Hipóteses*

1. Queda significativa da taxa de juros no decorrer dos próximos meses.
2. Estabilização da taxa de câmbio num patamar próximo de 30% de valorização do dólar (R\$1,55 a R\$ 1,60).
3. Aprovação dos principais pontos do ajuste fiscal pelo Congresso Nacional.
4. Manutenção da desindexação da economia.

##### *Prováveis desdobramentos*

Nesse cenário, tende a ser moderado

o impacto da desvalorização do real sobre a taxa de inflação. A partir de pressões localizadas em alguns setores, pode-se esperar que a inflação atinja níveis superiores aos do ano passado. Os rendimentos, em geral, e os salários, em particular, dificilmente acompanharão a inflação em função da recessão e das dificuldades nas negociações coletivas, e pode ocorrer queda na massa salarial, também afetada pela redução do nível de emprego. O desemprego tende a aumentar, sobretudo no primeiro semestre, podendo recuar no segundo. Entretanto, a taxa de desemprego média anual será certamente superior à verificada em 1998, de 18,3% na região metropolitana de São Paulo. Devem crescer as negociações relacionadas à manutenção do emprego (banco de horas, redução de jornada, horas extras etc.) e de PLR.

## Cenário 2

### Hipóteses

1. Taxa de juros permanece em patamar elevado por um longo período.
2. Instabilidade da taxa de câmbio com pressões de maior desvalorização, ultrapassando 50% de valorização do dólar. (R\$ 1,80 a R\$ 1,90).
3. Dificuldades de aprovação rápida de pontos importantes do ajuste fiscal.

### Prováveis desdobramentos

Nesse cenário, as pressões sobre a inflação serão maiores, levando o Governo a adotar uma política monetária ainda mais restritiva para conter a especulação com preços. A margem de manobra não é muito grande, já que o esgotamento da estratégia de juros altos vai se transformando rapidamente num consenso da sociedade, dos agentes econômicos e do mercado. Haverá tentativa de reinserir a economia (sistema financeiro, impostos, salários e o próprio câmbio). A recessão deve ser maior para enfrentar o desequilíbrio das contas externas com impacto sobre o nível de emprego (queda), no desemprego (elevação) e nos salários

## O DICIONÁRIO DA CRISE

O que é...

### BANDA CAMBIAL

Faixa com o valor máximo e o mínimo da cotação do dólar, dentro da qual o real podia variar.

### OVERSHOOTING

Acontece quando o governo demora para liberar o câmbio. Quando o faz, o mercado compra tantos dólares que a cotação dispara.

### AJUSTE FISCAL

Conjunto de medidas tomadas pelo governo para reduzir despesas em época de crise.

### CONTROLE DE CAPITAIS

Mecanismo de que o Banco Central dispõe para orientar a entrada de dinheiro no país.

### DÍVIDA MOBILIÁRIA

Montante da dívida do governo que circula na forma de títulos públicos.

### ATAQUE ESPECULATIVO

Fenômeno que acontece quando os investidores fazem sucessivas operações com o objetivo de forçar a desvalorização da moeda de um país.

### COLCHÃO DE LIQUIDEZ

É uma reserva em dinheiro mantida pelo governo para ser usada em emergências.

### DÉFICIT PRIMÁRIO

Buraco nas contas de um governo que gasta mais do que arrecada.

Fonte: Revista *Veja*, 3/2/1999.

(queda). As dificuldades para as negociações serão imensas.

Os dois cenários apresentados não esgotam os prováveis desdobramentos da atual crise na economia brasileira. As expectativas dos atores sociais e políticos e do mercado estarão influenciando fortemente a condução da política econômica, cujo raio de manobra diminuiu dramaticamente nos últimos dias. Nos cenários acima analisados não se avaliou o mérito dos temas ali contidos. Por exemplo, não se considerou se o ajuste fiscal proposto era o único possível. No entanto, parece difícil ignorar, neste momento, o efeito sobre as expectativas do mercado dos resultados da votação desse ajuste no Congresso Nacional.

É certo que ainda existe a possibilidade de descontrole da atual crise agravando a perda de reservas cambiais, a desvalorização do real com forte abalo na já escassa credibilidade da política econômica. Nesse cenário, os desdobramentos são impre-

visíveis com conseqüências sobre o conjunto da sociedade e impactos sobre a economia, a política e a sociedade. Se isto ocorrer, novos parâmetros influenciarão as perspectivas provavelmente implicando numa trajetória completamente distinta da atual para os rumos do país.

A crise dos últimos dias revelou a insustentabilidade do regime cambial adotado ao longo dos últimos quatro anos. O Dieese estará acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, buscando atualizar o mais rapidamente possível a análise aqui apresentada em função dos desdobramentos imprevistos que poderão ocorrer.

Texto produzido com informações disponíveis até o dia 27/1/99. Fonte: *web site* do Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. <http://www.dieese.org.br>

# AS RAÍZES DAS DÍVIDAS SOCIAIS

**Desemprego, corrupção, concentração da renda e da propriedade de terra, dívida externa e controle da informação são algumas condições que contribuem para as dívidas sociais hoje no País. Para superá-las, é preciso retomar o potencial e o valor do ser humano a fim de construir uma sociedade justa e fraterna**

**A** reflexão sobre dívidas sociais representa um esforço para suscitar debates sobre as conseqüências do atual projeto de desenvolvimento econômico e social para a maioria da população brasileira e para gerar mobilizações em torno de possíveis soluções. É uma forma de resgatar a dívida que a sociedade brasileira tem para consigo mesma.

Falar de raízes, nesse caso, significa identificar os elementos que sustentam e alimentam as dívidas sociais. Alguns deles persistem há muito tempo e podem ser identificados em nosso próprio processo de colonização. Outros, intimamente relacionados, resultam de opções recentes que os grupos hegemônicos de nossa sociedade têm feito para a manutenção do poder. Os primeiros, podemos considerar como raízes histórico-culturais; os outros aspectos são mais recentes, estão na conjuntura e definem o processo de desmonte social que vem agravando a violenta exclusão de grandes contingentes da população brasileira. Trata-se, na verdade, das raízes provocadas pelo chamado "projeto neoliberal", que representa a fase

atual da acumulação do capital. O neoliberalismo tem provocado um crescimento vertiginoso das dívidas sociais à medida que promove a acumulação de riquezas, de uma maneira jamais vista anteriormente, e destrói a pouca proteção que o Estado dava aos trabalhadores e aos setores populares.

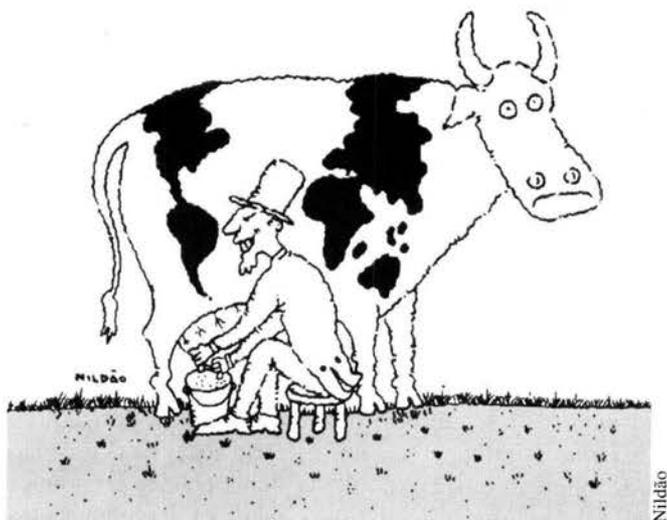
## O PROCESSO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO

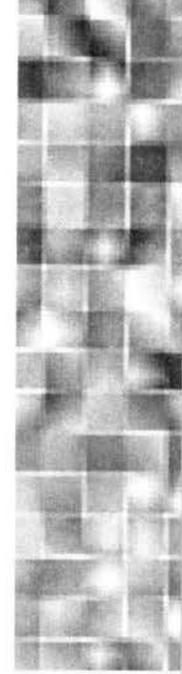
Esse processo tem dois componentes que, muitas vezes relegados a segundo plano, são fundamentais para o entendimento das dívidas sociais na atualidade. Referimo-nos aos quase quatrocentos anos do sistema de escravidão imposto aos povos africanos trazidos para o território brasileiro e à forma como foi constituída a federação em nosso país.

Os povos africanos foram seqüestrados de suas terras e trazidos para o novo mundo, constituindo junto com os povos indígenas os 80% excluídos dos bens socialmente produzidos. Negar qualquer forma de protagonis-

mo a eles foi a estratégia montada pela sociedade dos 20% que controlam esta terra de Santa Cruz. Quanto aos povos indígenas, na verdade, por não se sujeitarem à escravidão, foram quase exterminados. Os que sobreviveram tiveram que se exilar no interior do território brasileiro.

A escravidão como forma de produção de riquezas foi imposta, basicamente, aos negros africanos. Se atentarmos para o longo período de sua duração e considerarmos o curto período que dele nos separa, poderemos entender as bases que sustentam as dívidas sociais. O mais cruel do sistema de escravidão imposto aos produtores das riquezas deste país foi o longo período de duração. O mais dramático foram os mecanismos utilizados no curto período de cem anos que nos separam do "fim" desse sistema. Quatrocentos anos significam mais de doze gerações de descendência, considerando a média de vida da população escrava, enquanto que cem anos não ultrapassam quatro gerações.





Se é verdade que houve um processo de miscigenação muito grande, este não foi suficiente para alterar o quadro de subalternidade a que ficou submetida a população escrava nos cem anos que a separaram da escravidão. Os mestiços, que talvez hoje sejam a maioria em termos numéricos, não tiveram destino diferente dos africanos seqüestrados de suas terras. Os mestiços continuam a ser expropriados das riquezas socialmente produzidas, em sua própria terra.

Por outro lado, a sociedade, que sempre foi dominada por uma elite a qual não ultrapassa 20% do conjunto da população, se organizou de tal forma que nunca conseguiu um movimento de forças voltadas para o seu interior, para a construção de algo próprio e comum a todos. Não houve um movimento de constituição de uma nação; ao contrário, os grupos sociais dominantes sempre estiveram voltados ao exterior, num movimento para fora, retirando riquezas daqui para se integrarem à elite internacional. Assim foi que, ao contrário, por exemplo, dos Estados Unidos, onde diferentes grupos convergiram para a constituir uma nação, no caso brasileiro a prática sempre foi de acomodação dos diferentes interesses das elites, associando-os aos interesses de outras nações.

O País não conseguiu superar, em sua geopolítica, o sistema de capitânias hereditárias. Cada grupo pertencente à elite dominante procurava extrair o máximo de riquezas a fim de melhorar sua posição na própria sociedade, que por sua vez estava referendada em outro país. Essa posição, de mando no interior e de subordinação ao exterior, impediu a organização de forças empenhadas em construir uma nação autônoma e com equilíbrio de forças. A longa duração do sistema de escravidão reforçou e ampliou o processo de constituição de um país com uma elite internamente poderosa e extremamente frágil e dependente. Isso ocorreu tanto no plano econômico como no político, social e cultural.

Assim, os dois grandes solos nos

quais prosperaram as raízes de nossas dívidas sociais podem ser identificados na escravidão e na ausência de um projeto de nação por parte dos grupos hegemônicos em nosso país. E essa ausência de projeto de nação se explicita na inexistência de um pacto federativo autêntico. A República (1889), que é concomitante ao fim do sistema escravocrata (1888), está marcada por distintas tentativas, frustradas, de equacionar esses dois grandes equívocos de nosso processo histórico.

Até hoje, apesar das transformações ocorridas a partir de 1930, a sociedade brasileira não conseguiu superar essa herança. O que se conseguiu realizar foi aquilo que ficou conhecido como “modernização conservadora”, que consiste em transformações profundas no processo produtivo sem alterações significativas na estrutura de poder da sociedade, mesmo que haja alteração nominal dos controladores das riquezas socialmente produzidas.

### O PROJETO NEOLIBERAL

A sociedade brasileira esteve sempre voltada, nos quase 500 anos de integração ao Ocidente, para os setores dominantes em termos mundiais. Houve um breve período em que as elites hegemônicas se organizaram em torno de um projeto menos dependente, que foi o chamado modelo de substituição de importações, com um surto de industrialização que vai das décadas de 1930 a 1970. Após esse período, mais uma vez voltam à tendência de se movimentarem para fora, para se salvarem e continuarem a manter a maioria da população sob o mesmo sistema de dominação. Nesse sentido, a globalização contemporânea, que se apresenta como tendência inexorável, torna-se a nova face da modernização conservadora, assumida dessa vez por ideólogos que antes denunciavam a dependência e a subordinação.

A ausência de um projeto de nação, num movimento de poderosas

elites internas sustentadas por sua posição de subordinação externa, aliada a uma exclusão social das mais violentas no mundo, são solos férteis para os novos ares de globalização que tomaram conta do planeta neste final de milênio. Nada mais adequado a uma nação que nunca se constituiu como tal do que o discurso que procura justamente negar a validade dos projetos nacionais nos novos tempos de globalização. O caminho para isso é assumir o receituário (chamado de projeto neoliberal) preparado pelos grupos que administram a economia mundial: livre iniciativa, desregulamentação de mercados, redefinição do Estado e desqualificação das organizações dos trabalhadores.

Com isso, ganham novas características velhas práticas que, no fundo, são as verdadeiras raízes das dívidas sociais. Entre essas práticas, destacamos:

*Desproteção ao trabalhador* — Na escravidão o trabalhador só tinha proteção para continuar produzindo. Quando isso não era mais possível, ficava relegado à própria sorte. No ciclo desenvolvimentista, a chamada Era Vargas, as leis trabalhistas garantiram um mínimo de proteção ao trabalhador, não só para sua reprodução, mas para uma vida com dignidade — a Constituição de 1988 procurou ampliar essa proteção. Mesmo assim, quase 50% da força de trabalho ficava de fora, no que se convencionou chamar de “mercado de trabalho informal”. O fim da Era Vargas, com a modernidade globalizadora, significa negar o princípio da universalização da proteção ao definir a flexibilização das relações de trabalho, alteração das aposentadorias, contrato temporário, redução do FGTS para o trabalhador, etc. A lei passa a ser a do mais forte, que na sociedade capitalista será sempre quem possui o capital.

*Proteção total ao capital* — Desde o período colonial os investidores têm total proteção em seus negócios. No período desenvolvimentista multiplicaram-se os incentivos fiscais e

outras formas de proteção ao investimento, tanto produtivo como improdutivo. Em todo esse período, os donos das terras foram os mais beneficiados. Hoje, a proteção é dada por meio dos juros privilegiados, dos incentivos para instalação de fábricas, da eliminação de barreiras ao capital especulativo, do perdão de dívidas (em especial para grandes proprietários rurais), da ajuda, com dinheiro público, para que grupos privados comprem empresas públicas (privatização), pela circulação restrita de informações privilegiadas (*outside information*) e pelas facilidades oferecidas aos grandes investidores.

*Má remuneração do trabalho* — A remuneração da hora trabalhada no Brasil, incluindo no cálculo todos os encargos sociais, é baixíssima se comparada com vários países. A mão-de-obra, por hora trabalhada na indústria de transformação custa:

Brasil	US\$ 2,68
Coréia	US\$ 4,93
Espanha	US\$ 11,73
EUA	US\$ 16,40
Alemanha	US\$ 24,87

Dieese. *Anuário dos Trabalhadores 1996-97*.

O salário mínimo, se fosse seguir o preceito constitucional, deveria estar em R\$ 789,36, conforme dados do Dieese de 1997. Isso sem falar do mercado informal, do trabalho escravo, do trabalho no campo, das jornadas extras de trabalho, do trabalho familiar, do trabalho infantil, do excesso de horas extras para melhorar a remuneração do trabalho. Segundo o Departamento, entre 1985 e 1996 foram 265 milhões de horas extras trabalhadas, deixando de criar 1,5 milhão de empregos. A participação do salário no PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 45% em 1990, para 38%, em 1996.

*Excessiva remuneração do capital* — o Brasil é um dos países onde a lucratividade é das mais altas, tanto

do capital financeiro como do produtivo. As taxas de juros exorbitantes não têm termos de comparação com outros países. Segundo a revista "Veja", de 11/2/98, entre 1992 e 1995, para cada cem dólares aplicados no País por multinacionais, o retorno foi de 23 dólares, ou seja de 23%. A média do retorno nos países em desenvolvimento foi de 15,7%. A remuneração do capital (formada principalmente pelos lucros das empresas, além de juros e aluguéis) aumentou sua participação no PIB, saltando de 33%, em 1990, para 41%, em 1996, conforme a mesma fonte.

*Desemprego* — A sociedade brasileira nunca atingiu o pleno emprego. Mas a situação se agravou de tal maneira que se coloca como uma grave raiz das dívidas sociais na atual conjuntura. Quando quase 20% da população ativa está desempregada, isso significa que esse contingente soma-se à população não economicamente ativa, aumentando a dependência dos bens produzidos por um número reduzido de trabalhadores. Assim, o desemprego não atinge só os indivíduos específicos como também o seu conjunto. Torna-se, portanto, uma raiz com graves conseqüências para toda a sociedade.

*Concentração da renda e da riqueza* — Dados sobre o mercado consumidor brasileiro revelam o forte processo de concentração da renda e da riqueza em nossa sociedade. Segundo grupos que pesquisam essa área, são hoje 71 milhões de pessoas que consomem, desconsiderando-se quase 90 milhões de brasileiros.

Classe	% Consumidores	% Consumo
A	4,4	22,9
B	15,7	26,3
C	26,3	24,0
D	38,6	10,1

A partir dos dados apresentados, referentes ao mercado consumidor, fica evidente o grau de concentração

**Não existem dívidas da sociedade para com os setores populares, mas ao contrário, estes é que são devedores e precisam pagar, com mais trabalho e sacrifício**

de renda e riqueza no País. As classes A e B somam 49,2% da força de consumo, ou seja, 20,1% da população constitui metade da força de consumo do Brasil. Mesmo somando as famílias das classes C e D, o consumo médio ainda é inferior ao daquelas que têm maior renda. Em termos de renda, os dados são mais alarmantes: os 10% mais ricos possuem renda 21,03 vezes maior do que os 20% mais pobres, segundo dados do PNAD/1990.

*Monopolização da propriedade da terra* — Na cidade e no campo essa raiz é forte causadora de inúmeras dívidas sociais. Segundo estatísticas oficiais, 0,8% dos proprietários rurais, com área de mil ou mais hectares, detém 45,8% das terras do País, dos quais 75% dessa área está totalmente ociosa. No outro extremo, 37% dos proprietários com menos de cinco hectares detém 1,1% de toda a terra. Terra repartida significa, entre outras coisas, maior distribuição de oportunidades e de renda e maior diversidade de produção de bens para a população.

Ao mesmo tempo em que há uma grande demanda por terra para trabalhar, a política econômica e agrícola oficial tem desestimulado e tornado impossível a permanência, na terra, de famílias que tradicionalmente a cultivam, contribuindo para aumentar o monopólio da propriedade da terra.

*Desníveis regionais* — Em termos populacionais e industriais, o Brasil se concentra na região Sudeste, além da estreita faixa litorânea, que segue o desenho das capitâncias hereditárias. A distribuição dos incentivos fiscais, dos gastos do governo e das estatais federais reforça esse quadro: 45% dos incentivos fiscais, 54% dos

## MITOS DA "GLOBALIZAÇÃO"



Apresentam-se a seguir algumas das principais teses difundidas pela ideologia da globalização e as razões pelas quais cabe considerá-las mitos.

1

**"A globalização inaugura nova etapa na história econômica mundial; constitui processo irreversível, que conduziu a uma integração sem precedentes das economias nacionais."**

Muitos dos fenômenos apresentados para sugerir o advento de uma nova era constituem a reprodução, sob nova roupagem, de tendências antigas. "Globalização" é uma nova palavra para um processo que remonta, em última análise, à expansão da civilização européia desde o final do século XV. A internacionalização econô-

mica dos últimos vinte ou trinta anos tem precedentes históricos, notadamente nas décadas anteriores à Primeira Guerra. Em diversos aspectos, o grau de integração internacional alcançado entre 1870 e 1914 é comparável, ou até superior, ao observado na economia "globalizada" do final do século XX. A ilusão de que estamos experimentando um processo inteiramente inédito de internacionalização se deve, em parte, ao fato de que a integração internacional recente é, de fato, significativa quando comparada ao baixo grau de abertura das economias logo após a Segunda Guerra. Perde-se de vista que, entre 1914 e 1945, as guerras, a Grande Depressão e o protecionismo destruíram o sistema internacional da *belle époque*, acontecimento que bem mereceria a reflexão dos que acreditam na irreversibilidade dos processos históricos.

Além da dívida externa, outra forma de sangria de nossas riquezas é a remessa de lucros das multinacionais para seus países de origem, prática que vem crescendo de forma impressionante nos últimos anos. Em 1997, chegou ao recorde de US\$ 6,608 bilhões, um salto de 69% em comparação com o ano anterior e de 217% em relação a 93, o ano que antecedeu o Plano Real (*Jornal do Brasil*, 24/2/98).

**Controle do conhecimento e da informação** — O conhecimento e a informação tornaram-se centrais no capitalismo contemporâneo. Os meios para circular a informação foram dinamizados, fazendo parecer que todos teriam acesso fácil. Entretanto, o que vemos é cada vez uma parcela maior da população com menor acesso à informação e ao conhecimento, quer devido ao custo dos meios, quer devido ao controle (interno e externo) que poucos exercem sobre tais meios. Assim, temos o paradoxo da

facilidade do acesso por causa dos meios disponíveis e da dificuldade do acesso por causa do controle exercido sobre os meios. Essa dinâmica capitalista exclui o/a trabalhador/a não capacitado/a para servir ao sistema de valorização do capital. Exige-se *high-tech* (alta tecnologia), mas poucos/as têm condições de cumprir essa exigência.

**Privatização do público** — Historicamente, o espaço público sempre foi apropriado e expropriado pelos grupos hegemônicos deste país. "Sabe com quem está falando?"; "Aos amigos tudo, aos inimigos os rigores da lei"; "Voto neste deputado porque ele ficou de conseguir um emprego para meu filho"; "Manda quem pode, obedece quem tem juízo"; "Eu emprego a minha família"; são expressões que revelam o abuso de autoridade, o clientelismo, o patrimonialismo, o nepotismo que acompanham a sociedade brasileira desde a primeira carta de Pero Vaz de Caminha ao rei dom Manoel, nos idos de 1500. Alteram-se as condições e os personagens, mas as práticas continuam as mesmas. E revelam uma concepção de público, propriedade de determinados grupos, que o utilizam para perpetuar seu poder e dominação sobre o conjunto da sociedade. O público torna-se espaço de dominação e manipulação de determinados interesses privados. Essa é uma raiz histórico-cultural que alimenta inúmeras dívidas sociais e que define o próprio estado e a política na sociedade.

**Corrupção** — Relacionado a essa privatização do público, identificamos como outra raiz a corrupção que se espalha pela sociedade, em diferentes níveis e graus. Uma sociedade presa à idéia de que é possível e desejável se apropriar daquilo que é público e disponível para atender a interesses particulares e imediatistas irá procurar construir mecanismos que facilitem essa apropriação e que, ao mesmo tempo, garantam o funcionamento, mesmo que precário, da coisa pública. Há pessoas e grupos que cor-



rompem e há os que se deixam corromper. Há corrupção das autoridades e de pessoas e há grandes esquemas de corrupção já consolidados na institucionalidade vigente. Dessa forma não se pode ver esse problema apenas como um desvio de personalidade ou uma queda individual diante de uma tentação. Ele é, também, fruto de costumes, de regras tradicionais que, mesmo sem tomarem a forma de leis, foram-se aprofundando nas relações sociais, e exige, portanto, uma mudança cultural para que seja atacado em toda a sua dimensão destruidora.

*Discriminação, racismo e machismo* — Combinam-se, na sociedade brasileira, diversas influências culturais fortemente patriarcais e machistas. Isso faz com que a mulher tenha um papel de subordinação, ao mesmo tempo em que é sobre ela que recaem muitos encargos, em especial sobre as mulheres pobres. A mulher fica com a responsabilidade dos filhos e de sustento da família. Sua jornada de trabalho é múltipla e suas responsabilidades cada vez maiores. Essa situação é agravada com os processos de discriminação e toda sorte de preconceito, de tal forma que ser mulher, negra e pobre, é enfrentar, totalmente desprotegida, uma tempestade.

A discriminação e o preconceito de raça, de sexo, de opção sexual, de naturalidade e mesmo de religião, vêm crescendo em nossa sociedade de forma assustadora. Partem da idéia de que há uma classificação valorativa dos seres humanos e negam a idéia de pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus. Essa classificação serve mesmo para negar a possibilidade de dívida social, tornando-se, portanto, uma de suas principais raízes.

*Depreciação da auto-imagem dos setores populares* — Os setores populares, historicamente, têm sido responsabilizados por sua situação de subalternidade na estrutura social. O pobre é visto e se vê algumas vezes como o indolente que não luta, outras

vezes como o coitado que precisa de ajuda, outras vezes, ainda, como o marginal perigoso que precisa ser afastado do convívio social. Isso quando não é introduzida uma visão religiosa de que ele é predestinado por Deus e que terá a recompensa na vida eterna. Todas essas imagens são veiculadas reforçando a idéia de que o principal culpado pela pobreza é o pobre.

Assim, não existem dívidas da sociedade para com os setores populares, mas ao contrário, estes é que são devedores e precisam pagar, com mais trabalho e sacrifício. Essas visões sobre os pobres são introjetadas por eles mesmos por meio de um mecanismo de formação e, ao mesmo tempo, de consolidação de sua auto-imagem como negatividade. Não reconhecer-se e não ser reconhecido como um ser capaz e de valor é uma das raízes que sustentam as dívidas sociais em nossa sociedade.

*Negação do protagonismo popular* — Por fim, a última raiz histórico-cultural diz respeito ao papel dos setores populares em nossa sociedade. Desde a Colônia os protagonistas da vida em sociedade, no caso brasileiro, são os grupos hegemônicos, denominados elites dominantes. Estas decidem por onde a sociedade deve ir e o que deve ser exigido de todos os grupos sociais, obviamente pouco ou nada exigindo dela mesma e muito sendo exigido dos grupos mais subalternizados. Todas as tentativas — e não foram poucas — que os setores populares fizeram para terem um mínimo de protagonismo foram duramente reprimidas pelas elites dominantes.

Essa repressão é feita de diferentes formas e com distintos instrumentos: ora busca-se a manipulação, confundindo interesses e idéias dos grupos populares; ora apela-se para a cooptação das lideranças populares, num processo de barganha e atendimento de interesses; ora trabalha-se com a desqualificação, procurando provar “cientificamente” os equívocos

dos setores populares. O inverso também é possível, num processo de supervalorização das práticas populares, impedindo a superação de seus limites. Quando esses mecanismos não funcionam, apela-se para o uso da violência e para o extermínio físico, moral e intelectual.

Apostar no protagonismo popular implica uma mudança de mentalidade de todos/as aqueles/as que procuram lutar pelo resgate das dívidas sociais, pois é um caminho longo, paciente e eminentemente pedagógico, que se afirma em cada conquista e que, embora possa partir do nível individual, o ultrapassa.

### O DESAFIO DO RESGATE SOCIAL

Em síntese, essas raízes estão presentes no processo histórico-cultural de nossa sociedade, alimentando e fortalecendo as inúmeras dívidas sociais. Elas assumem características específicas em cada momento histórico. Na atual conjuntura de reforço da perspectiva neoliberal, são ampliadas a partir da ideologia do pensamento único, da financeirização da economia, da idolatria do mercado e do desmonte do social. Esses fatores têm feito crescer as dívidas sociais, impedindo a construção de uma sociedade justa e solidária. Ao contrário, cresce uma sociedade onde os mais fortes, que são considerados os mais competentes, massacram, de diferentes formas, o conjunto da população empobrecida.

Mais grave do que a miséria que cresce com esse modelo é o não-desenvolvimento do potencial humano, porque isso compromete o presente e o futuro da humanidade. Urge o resgate das dívidas sociais para que se possa construir uma sociedade justa e fraterna e vislumbrar futuro para a própria humanidade.

(Extraído do Documento Preparatório da 3ª Semana Social Brasileira, maio de 1998).

# ACORDO COM O FMI: TUDO PARA O CAPITAL, MIGALHAS PARA O SOCIAL

Marcos Arruda

**O que antes figurava apenas como ameaça hoje se impõe como fato. A despeito da suposta ajuda do FMI, a crise está instalada. Analise com o autor os termos desse acordo e a evolução da dívida externa durante o governo Fernando Henrique**

O endividamento externo neste governo foi muito alto: durante três anos e meio, ele fez a dívida crescer de 146 bilhões para 198 bilhões de dólares. Neste período (sem contar 1998), o País pagou quase 35 bilhões de dólares só de juros. Foi 55% do total pago entre 1989 e 1997! O Brasil deve fechar 1998 com mais de 100 bilhões de dólares de novas obrigações a pagar em moeda estrangeira, acumuladas no atual governo. Baixo crescimento econômico, alta dependência de importações e de capitais externos, reduzido investimento público e privado, desnacionalização de empresas públicas e privadas, inclusive nos setores de infra-estrutura, tudo isso acelera a dependência de recursos externos, hoje e amanhã.

O crescimento do endividamento externo reflete-se no aumento da dívida pública interna. Esta, durante os três anos e meio de mandato de Fernando Henrique até agosto de 1998, foi multiplicada por mais de cinco vezes. De R\$ 60 bilhões no começo de 1995, passou para mais de R\$ 326

bilhões atualmente (Banco Central, out/98). Associada a ela está o espantoso pagamento de juros aos detentores de títulos do governo federal, algo em torno de R\$ 22 a 23 bilhões todo mês. Essas quantias astronômicas têm a ver com a política de juros altos com que o governo procura sustentar o Plano Real. Como o governo não tem condições de pagar tamanhas quantias, refinancia o principal da dívida e fica pagando só os juros. A estimativa de juros a pagar em 1998, até o começo da crise da Rússia, era em torno de 60 bilhões de reais!

## DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA NO ATUAL GOVERNO (em dólares)

Começo de 1995	Junho de 1998
148 bilhões	228 bilhões
Juros pagos entre 1995 e 1997	80 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida externa é diferente. O governo não é o principal devedor, mas sim o setor privado. No começo deste governo ela estava em 148,3 bilhões de dólares. A taxa de juros altos estimulou o setor privado a endividar-se com bancos no exterior, seja para reduzir os custos financeiros dos seus investimentos, seja para especular nos mercados de capitais brasileiros, aproveitando-se das baixas taxas de juros internacionais e das altas taxas no Brasil.

Durante os anos deste mandato de Fernando Henrique (incluindo 1994, quando foi ministro da Fazenda, e sem contar 1998) o Brasil pagou quase 100

bilhões de dólares de juros e amortizações. Em junho de 1998, porém, segundo o Banco Central, a dívida havia aumentado para 228,2 bilhões de dólares. Estranho, não é? Mas é mesmo um círculo vicioso: quanto mais o Brasil paga, mais deve. A parcela da dívida que corresponde ao setor público não-financeiro é de apenas US\$ 86,8 bilhões, enquanto o setor privado arca com US\$ 141,38 bilhões do total. Muito importante é o peso da dívida de curto prazo. O setor privado tem um passivo de US\$ 32,1 bilhões e o setor público, US\$ 5,06 bilhões. As duas dívidas implicam em encargos que consomem recursos públicos para esse fim reservados ilimitadamente nos orçamentos federal e estaduais.

## ORÇAMENTO DA UNIÃO - 1998 PREVISÃO DE DESPESAS COM A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

1998	R\$ bilhões	% do orçamento
Dívida interna	219,7	50,1
Dívida externa	16,9	3,8

Fonte: Ministério do Planejamento.

Isso representa uma inversão dos valores éticos na gestão da política econômica. O Executivo, sem nenhum debate com a sociedade, impõe a prioridade do serviço das dívidas, submetendo a ele todas as outras necessidades públicas e sociais.

Tudo para o capital, migalhas para o social. Parece ser esse o lema do governo atual ao longo de todo o seu mandato, mas em particular agora que fechou um acordo draconiano com o FMI e os outros credores externos.



Ciga, Folha de S. Paulo, 1983

### É O GOVERNO PROMETEU NÃO GOVERNAR COM PACOTES...

Em setembro/outubro de 1998, o Brasil viu-se na beira de um abismo. Este governo já passou por diversos momentos de dificuldade na administração das contas públicas. Mas uma tônica marcou as declarações do presidente e do ministro da Fazenda: “Resolveremos tudo sem baixar pacotes, como os governos anteriores”. O próprio governo hoje se desmente, impondo ao Brasil um pacote negociado às escondidas com o Fundo Monetário Internacional e outros credores externos e o apresenta para a nação já pronto, sem discussão, como se fosse o único caminho. Recusa-se até a mostrar o texto do Acordo com o FMI para o Senado da República, que tem a obrigação constitucional de supervisionar todos os acordos que envolvem empréstimos externos.

Em agosto de 1998, foi a vez da Rússia. O governo russo viu os investidores estrangeiros, que haviam chegado em massa durante e depois da crise asiática de outubro de 1997, retirarem apressadamente seus valores, emprestados ou aplicados a curto prazo nas bolsas russas de capitais. Proclamou que não ia desvalorizar o rublo. Assinou um acordo com o FMI para mais um empréstimo, dessa vez de 22,5 bilhões de dólares. E disse que a partir de então podia continuar pagando aos credores. Mas apesar de ter recebido imediatamente 4,5 bilhões de dólares do FMI, viu-se forçado a desvalorizar o rublo, para poder captar mais divisas com suas exportações. Logo que isso aconteceu, porém, mais

investimentos se retiraram do país. Então a Rússia decretou moratória parcial sobre os pagamentos da dívida externa e total sobre os da dívida interna.

Em setembro e outubro, saíram quase 30 bilhões de dólares do Brasil. As reservas em divisas que o País tinha baixaram de 70 bilhões para 40 bilhões de dólares. Os investidores viram o Brasil com um déficit de quase 8% do PIB nas contas externas, uma balança comercial persistentemente negativa, altas taxas de juros internas, o real sobrevalorizado, altas taxas de endividamento interno e externo e grandes volumes a pagar como serviço dessas dívidas. Viram também que o FMI tinha uma dificuldade cada vez maior de levantar

recursos para salvá-los na hora do aperto. Pois os pacotes do Fundo têm sido, na verdade, operações de salvamento dos investidores e credores ocidentais, e não das economias endividadas. Depois de experimentarem as crises do México, em 1994 e 1995, dos “tigres” asiáticos em 1997, e agora da Rússia — todos eles chamados “países emergentes” —, acharam que seria arriscado demais manter o dinheiro deles no Brasil e nos outros “emergentes”. E começaram a sair apressadamente.

Que “amigos” são esses que saem quando o País mais precisa? São os capitais de curto prazo, que viajam pelo mundo em busca de ganhos fáceis e rápidos, sem se comprometerem com o trabalho de produzir bens ou serviços, nem de oferecer benefícios à nação que os hospeda. São também chamados capitais especulativos. Eles jogam com divisas, com produtos a serem efetivados no futuro, com títulos públicos e privados, com títulos da dívida externa, enfim, com qualquer tipo de papel ou bônus que possa render lucros entre o ato da compra e da venda.

Durante duas décadas, os países ricos, o Banco Mundial e o FMI têm

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA**  
(US\$ milhões)

Ano	Amortizações Pagas (A)	Juros (B)	Serviço (A+B)
1989	5.889	9.633	15.522
1990	8.053	9.748	17.801
1991	7.830	8.621	16.451
1992	7.147	7.253	14.400
1993	9.268	8.453	17.721
1994	11.001	6.338	17.339
1995	11.023	8.158	19.181
1996	14.423	9.840	24.263
1997	26.064	10.388	36.452
Total	100.698	78.432	179.130
Governo FHC	51.510	28.386	79.896

Fonte: Banco Central do Brasil.

## MITOS DA "GLOBALIZAÇÃO"



2

**"Nas últimas duas ou três décadas, a 'globalização' produziu um sistema econômico fortemente integrado, de caráter supranacional, que tende inexoravelmente a unificar o mercado mundial, a dissolver as fronteiras nacionais e a reduzir a relevância dos mercados domésticos."**

O processo de internacionalização observado nas décadas recentes não tem o alcance e muito menos o caráter universal sugerido pelo uso indiscriminado do termo "globalização". Está muito longe de provocar o desaparecimento das fronteiras ou ameaçar a sobrevivência do Estado nacional. É verdade que o progresso técnico e as inovações em áreas como informática, telecomunicações e finanças, combinados com a liberalização de mercados e a remoção de restrições a operações internacionais, vêm contribuindo para maior integração das economias nacionais. Não obstante, os mercados internos continuam a

preponderar, por larga margem, na absorção da produção, na geração de empregos e no financiamento dos investimentos.

Além disso, os mercados de trabalho permanecem altamente segmentados por políticas restritivas de imigração e outros obstáculos à movimentação internacional de trabalhadores. Os dados sobre a distribuição geográfica dos fluxos de comércio internacional e dos movimentos de capital também não confirmam a propalada imagem de uma economia "global" ou de um mercado mundial unificado. O quadro é de forte concentração das atividades internacionais nos países desenvolvidos, que respondem por dois terços ou mais dos fluxos de comércio e de capital. A própria expressão "globalização" é enganosa e deve ser evitada. É preferível utilizar termos como "economia internacional" ou "internacionalização econômica", mais compatíveis com um quadro mundial caracterizado, fundamentalmente, pelo intercâmbio entre economias nacionais distintas.

todos insistido em que os países pobres devem abrir suas fronteiras para os capitais do exterior, pois daí virá o desenvolvimento. O Brasil de Fernando Henrique escolheu esse caminho e tem feito tudo para atraí-los, sem se importar se eles vêm para criar novas riquezas ou apenas para obter ganhos rápidos e partir de novo. O Governo convidou esses capitais por meio de mil facilidades. Agora que eles estão saindo, em vez de criar regras para proteger a economia brasileira, aumenta ainda mais as facilidades, elevando as taxas de juros, isentando-os de impostos e prometendo não impedir-lhes a saída quando quiserem. Qual é a essência da ameaça de crise no Brasil? Não é o déficit público, mas o fracasso da economia dependente e a bancarrota social.

Este governo se comprometeu com um corte de gastos que mantenha praticamente intocados os pagamentos aos credores externos. Também não vai cortar os mais de R\$ 60 bilhões de juros por ano que vem pagando aos credores internos desde 1998. Exceto se a sociedade se mobilizar e fizer uma forte pressão. O governo propõe cortar é no social e no que está relacionado com a economia interna do Brasil.

A previsão orçamentária para 1999, já acertada com o FMI, prevê 63% do total orçado somente para as dívidas federais interna e externa. Tomando por base a dívida federal interna atual, e a taxa de juros que o governo disse que pretendia adotar já antes do final de 1998 (20%), teríamos 66 bilhões de reais de juros a

pagar em 1999. Mas se a taxa de juros ficar em 30%, essa quantia passa para 99 bilhões.

Quando vemos esses valores, toda a conversa sobre cortes no orçamento parece perder o sentido. Pois o FMI está exigindo que o Governo, para poder contar com US\$ 41,5 bilhões de empréstimos a fim de cobrir os buracos nas suas contas externas, gere um superávit (chamado "esforço fiscal") de R\$ 28 bilhões por meio de cortes de gastos e aumento de impostos. Na melhor das hipóteses, a dos R\$ 66 bilhões, o governo utilizaria todo o superávit para pagar os juros da dívida e ainda terá que emitir outros R\$ 38 bilhões em títulos para completar o pagamento. Isso acarretará uma intolerável ampliação da própria dívida que está sendo paga! Noutras palavras, o Governo está quebrado. E não agora, mas desde maio passado!

A ida ao FMI não é uma honra para o Brasil, como propagandeiam o Governo e a grande mídia, mas sim uma vergonha. Não é uma solução, mas o agravamento do problema. As únicas soluções são: imediata renegociação das dívidas interna e externa; desvalorização do real num ritmo mais realista; redução imediata das taxas de juros para um nível entre 12 e 15% ao ano; reforma tributária progressiva; controle das entradas e saídas de capitais financeiros; e incentivos fiscais para os investimentos produtivos.

### PELO CANCELAMENTO DAS DÍVIDAS IMPAGÁVEIS

A Campanha Internacional do Jubileu 2000 visa pressionar os credores – governos, bancos privados, agências multilaterais – para que reconheçam que tiveram parte da responsabilidade pela dívida que aflige os países do Terceiro Mundo. Em particular os muito pobres, como Nicarágua e Honduras, ainda mais depois do desastre causado pelo furacão Mitch, que matou muitos milhares de pessoas nesses dois países. Mas países como o Brasil também têm dívidas que não poderão ser pagas.

A CIDSE (Cooperação Internacional Católica para o Desenvolvimento e a Solidariedade) definiu diversas prioridades para a Campanha Internacional e está dialogando ecumenicamente sobre elas com outras igrejas e organizações da sociedade. Essas prioridades incluem:

- Cancelamento no ano 2000 das dívidas impagáveis. A aplicação desse princípio aos países mais pobres e mais endividados — Uganda, Bolívia, Burkina Faso, Moçambique, Guiana, Costa de Marfim, Camarões, Congo, Etiópia, Madagascar, Myanmar, Níger, Ruanda, Tanzânia, Burundi, Guiné Bissau, Nicarágua, São Tomé e Príncipe, Sudão, República Democrática do Congo e Zâmbia — seria a maneira mais simples e direta de reduzir a dívida. O precedente da Alemanha depois da II Guerra é importante: os credores reduziram quase toda a dívida nazista a um pagamento anual correspondente a não mais que 5% das exportações alemãs. Que contraste com o que acordaram aos países mais pobres e mais endividados: pagamentos anuais no valor de 20 a 25% das exportações.
- Melhorar a iniciativa para os países mais pobres e mais endividados.

- Relacionar o cancelamento da dívida com o investimento no desenvolvimento humano. A questão é que o cancelamento beneficie os pobres e carentes, por meios adequados a cada país. A dívida é uma causa importante de empobrecimento e ameaça o desenvolvimento dos povos que vivem nos países mais pobres. Seu cancelamento deveria liberar recursos para investimento no desenvolvimento humano e na capacidade produtiva do país e do povo. Deveria também permitir mais investimento em saúde e educação. Para isso, a participação da sociedade civil no planejamento e na realização de políticas e projetos é indispensável.

- Garantir que as decisões sobre a redução/cancelamento da dívida sejam feitas de maneira transparente. Isso se refere em particular a instituições como Banco Mundial, FMI, Clube de Paris e governos dos países endividados. Os grupos cidadãos deveriam ter acesso a toda informação a respeito dos objetivos e estratégias para o país. Os avanços realizados pelo Banco Mundial deviam ser adotados também nas outras instituições, incluindo os governos nacionais. Todas elas deviam incorporar as visões dos ministé-

rios de governo, do Poder Legislativo, assim como das igrejas locais, sindicatos e organizações da sociedade civil, até mesmo sobre as condicionalidades dos empréstimos e a formulação dos programas de ajuste.

- Transformar a estrutura das relações financeiras internacionais. O padrão dessas relações deve ser profundamente modificado, a fim de estabelecer um diálogo justo entre devedores e credores. A responsabilidade pela carga insuportável da dívida em muitos países do Hemisfério Sul não é apenas dos devedores, mas também dos credores. Por isso, procedimentos justos e transparentes devem ser adotados para facilitar relações entre devedores e credores. Um sistema internacional de inadimplência/falência, por exemplo, seria um caminho possível, com base talvez na experiência norte-americana ou da Hungria, de proteções legais a governos locais em caso de inadimplência/falência. Um tribunal neutro de arbitragem para acolher as partes afetadas e suas visões sobre os impactos das soluções propostas. Um tribunal semelhante foi criado em 1953 para lidar com a dívida da Alemanha.

Entre as propostas da CIDSE para o trabalho de mobilização e pressão sobre os centros de poder estão:

- Aprender mais sobre a questão da dívida. Pesquisar os dados e elaborar propostas, em colaboração com organizações situadas nos países credores.
- Estabelecer metas claras e objetivos específicos.
- Conscientizar e mobilizar a base social e as redes, nos níveis local e nacional.
- Pressionar os que tomam decisões, buscando influenciá-los em favor das propostas da Campanha.

## PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DOS PIBS

País	1998	1999	2000
Estados Unidos	3,5%	1,5%	2,2%
Alemanha	2,7%	2,2%	2,5%
França	3,1%	2,4%	2,6%
Grã-Bretanha	2,7%	1,8%	1,5%
Japão	- 2,6%	0,2%	0,7%
Rússia	- 6%	-6%	1%
Brasil	0,8%	- 1,5%	1%
Argentina	4%	1,5%	3%
México	4,6%	3,6%	4,4%
Peru	2,5%	4%	5%
Chile	5%	2%	4%
Venezuela	- 1%	- 1%	- 1%
Colômbia	2,5%	1,5%	3%

Fonte: Relatório "Perspectivas econômicas", da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Marcos Arruda**, economista e coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). (e-mail: pacs@ax.apc.org)



### DÍVIDA PÚBLICA E ESTAGNAÇÃO HOJE

Para a grande maioria dos chamados países emergentes e para a própria Europa do Tratado de Maastrich, colocar um freio no mecanismo de endividamento público crescente tornou-se imperativo. Os limites e condições desse processo variam de país a país. Observe-se que na União Europeia um endividamento de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), consumindo algo em torno de 2,5% a 3% do PIB em gastos orçamentários com juros dessa dívida pública é sinal vermelho para mudanças da política fiscal. Essas mudanças visam não apenas a estabilidade monetária do Euro, como também viabilizar o financiamento do estado do bem-estar e promover sustentadamente o crescimento econômico.

No Brasil atual, as condições de emissão, prazos de resgate, remuneração de títulos e gestão da dívida pública diferem fortemente do padrão europeu ou mesmo norte-americano, e por isso é precária qualquer comparação direta apenas em termos quantitativos. Contudo, a experiência recente nos revela que atingido determinado limite da dívida pública consolidada, a juros brasileiros, é

praticamente impossível continuar carregando ou rolando o seu principal na base de pagamento dos seus serviços correntes com recursos dos orçamentos públicos.

Para usar uma unidade de medida comparativa, podemos dizer que toda vez que a dívida pública acumulada ultrapassa 1/3 do Produto Interno Bruto de determinada ano, a juros entre 25 a 30% ao ano, o pagamento dos juros passa a consumir mais de dez pontos percentuais do PIB. Esse valor é subtraído dos recursos orçamentários públicos, o que representa de 40 a 50% desses recursos (União, estados e municípios), e certamente afeta toda a capacidade de prestação de serviços públicos ao conjunto da socie-

**Quando a dívida pública perde conexão com a expansão da produção e do emprego e eleva-se desmesuradamente, a relação desta com o mundo da vida passa a ser de conflito aberto**

dade. (saúde educação, previdência segurada pública, assistência social; etc.).

Em tais circunstâncias cria-se o caldo de cultura propício à chamada crise da dívida, com leituras que vão a extremos opostos com respeito ao agir político. Para uns, há que se pagar a qualquer custo toda e qualquer dívida no prazo pactuado, e portanto o "ajuste" se faz sobre o contribuinte ou com o corte do serviço público. Para outros, chegou a hora de socializar responsabilidades de carregamento dessas dívidas com os credores e rentistas, alongando os prazos e abatendo os valores, ficticiamente capitalizados pelos juros extorsivos.

O ano de 1998 é, do ponto do estoque acumulado da dívida pública, um daqueles momentos de consenso, independentemente da posição política do observador: atinge-se limite insustentável de endividamento público (ver dados da tabela) e é fisicamente impraticável continuar carregando o serviço dessa dívida da maneira tradicional (aqui já acaba o consenso).

Em 1998 atinge-se a uma dívida pública consolidada líquida (até outubro) de 368 bilhões de reais, que representa aproximadamente 44% do PIB. Limite similar da dívida pública havia sido atingido em 1989 – 46,18% (não está na série da tabela) – que iria provocar em 1990 a moratória implícita da administração Zélia/Collor.

A situação atual conquanto muito diferente daquela do início da década, não é contudo menos grave.

Acresce ainda notar que desde a mudança do regime cambial em meados de janeiro de 1999, as condições da dívida interna em nada melhoraram (cerca de 1/4 da dívida mobiliária federal estava pactuada com correção cambial e, portanto, dolarizou-se). A esperada queda das taxas de juros não aconteceu de imediato, mas os custos fiscais dessa mudança já ocorreram.

### DÍVIDA PÚBLICA X ECONOMIA DA VIDA

Quando a dívida pública perde conexão com a expansão da produção e do emprego e eleva-se desmesurada-

**DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA TOTAL (INTERNA E EXTERNA) COMO PROPORÇÃO DO PIB (1991/98) – MÊS DE DEZEMBRO**

	1991	1994	1995	1996	1997	1998
Dívida interna	14,55	20,23	24,92	29,33	29,20	—
Dívida externa	25,00	8,25	5,58	3,90	4,22	—
Dívida líquida total	39,55	28,48	30,50	33,23	33,42	44,00
União	13,30	12,24	13,23	15,85	15,69	—
Estados e municípios	7,49	9,5	10,60	11,52	12,80	—
Empresas estatais	18,76	6,4	6,67	5,86	4,93	—
PIB de cada ano (US\$ milhões a preço de dezembro)	390,99	537,809	683,591	809,987	830,012	830,012

Fonte: Secretaria do Tesouro: "Dívida Líquida do Setor Público: Conceito Histórico e Evolução" – Brasília (não publicado) 1988, Cf, tabelas 8 e 9 para a série 1991/97.  
O dado 1998 é estimativa do autor.



3

**"Em consequência da 'globalização' e do predomínio das políticas 'neoliberais', os Estados nacionais entram em processo de inevitável declínio e estão sendo compelidos a reduzir a sua presença na economia."**

doura a dimensão do Estado na grande maioria das economias desenvolvidas. Não chegou sequer a interromper a tendência de aumento do peso do governo, medido por indicadores agregados, como a relação entre a despesa e a receita públicas e o PIB. O exame dos dados macroeconômicos das economias desenvolvidas indica que há uma enorme distância entre o discurso "neoliberal" e a realidade dos países onde essa ideologia teve origem.

O predomínio ideológico do chamado neoliberalismo — que apesar do prefixo constitui uma tentativa de restaurar o ideário econômico do século XIX — não chegou a modificar de maneira significativa e dura-

mente, como é o caso brasileiro do último quadriênio, a ponto de onerar o setor público consolidado com um estoque líquido de dívidas de cerca de 368 bilhões de reais, que deverão somente em juros custar ao contribuinte no ano de 1999 de 12 a 15% do PIB, a relação desta com o mundo da vida passa a ser de conflito aberto.

Nessas circunstâncias entra em cena uma verdadeira operação de guerra para proteção de interesses dos rentistas internos e externos, associados ao aparato financeiro estatal, cujo objetivo é extrair forçosamente da sociedade uma fatia da renda social, que de resto é incompatível com a capacidade normal da população de atendê-los.

Curiosamente em conjunturas como esta, apela-se ao imaginário popular em nome do sofrimento necessário. Esse apelo precede os muitos cortes e "ajustes" impostos aos mais pobres e se traduz em perda de empregos, corte de serviços públicos essenciais e aumento de tributos. Essas perdas sociais para o povo simples manifestam-se sob diversas formas de violência, degradação física e psicológica e, em certas camadas, instigam o ingresso certo na barbárie das máfias.

**A saída responsável para o dilema da dívida pública passa necessariamente pela sua repactuação, reescalonamento ou renegociação de prazos e custos, sem o que, aí sim, caminharíamos para uma moratória unilateral compulsória**

A leitura do sistema financeiro é distinta. Para este, o que está em causa é a geração de um excedente primário de recursos dos orçamentos públicos que precisa ser oferecido a qualquer custo aos credores. Somente a partir desse ritual doloroso poder-se-ia reconquistar a confiança do sistema financeiro, materializada na mão visível dos seus rentistas. Cortar a própria carne como, costumam dizer os âncoras da TV, para viabilizar o "ajuste fiscal".

Esse discurso, que é literal em muitos dos formadores de opinião da grande mídia, corroborado pelos economistas do sistema, regressa a um plano teológico assemelhado à idolatria da morte do deus Moloch. Inverte por completo o sentido do sacrifí-

cio da cruz de Cristo. Manipula subliminarmente o inconsciente coletivo com uma certa idéia de sacrificialidade necessária e altera os significados, sentido e compromisso da mensagem cristã diretamente remetida às situações históricas das "dívidas insuportáveis". Em vez de propor o Ano da Graça, com sua força revitalizadora para um novo recomeço, mantém o público cativo ao jugo privado da idolatria financeira.

A saída responsável para o dilema da dívida pública passa necessariamente pela sua repactuação, reescalonamento ou renegociação de prazos e custos, sem o que, aí sim, caminharíamos para uma moratória unilateral compulsória. Em síntese, o ponto fundamental do problema das dívidas acumuladas é a impossibilidade física de seu carregamento exclusivamente nos ombros do público usuário de serviços públicos ou do contribuinte despossuído de riquezas financeiras. Em razão disso e independentemente da legitimidade desses compromissos, se impõe a socialização do peso dessas dívidas com credores internos e externos que são também beneficiários dos juros extorsivos pagos pela sociedade. Nesse contexto a moratória pactuada é não apenas legítima como legal à luz do direito interno ou do direito internacional.

Nossa situação — tanto da dívida interna, quanto da dívida e compromissos a pagar externamente em 1999 e 2000 — caminha inexoravelmente para essa repactuação. Mas para não reeditarmos à frente um novo quadro de insolvência, teremos que discutir com seriedade limites, condições e finalidades da dívida pública tirando esse tema do círculo restrito do sistema financeiro e recolocando-o efetivamente no âmbito da esfera pública.

**Guilherme Delgado**, economista do IPEA e membro da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

# DÍVIDA EXTERNA E CONDICIONAMENTOS POSITIVOS

Reinaldo Gonçalves

**A América Latina caracteriza-se hoje como um continente marcado pelo elevado grau de endividamento, que desloca recursos para o exterior na forma de pagamento do principal e dos juros da dívida externa. A situação do Brasil é particularmente grave tendo em vista o extraordinário desequilíbrio das suas contas públicas e das contas externas durante o atual Governo. Uma das saídas seria reduzir esse endividamento externo por meio da diminuição da dívida social**

O processo de endividamento externo dos países da América Latina nos anos de 1990 tem sido tão extraordinário que em 1996 o fluxo líquido de capitais externos privados para a região foi maior do que esse mesmo fluxo acumulado durante toda a década de 1980. Por exemplo, os sete países mais endividados receberam um fluxo líquido de capitais privados de US\$ 68 bilhões no período 1980-90 e de US\$ 70 bilhões somente em 1996.

Deve-se notar, entretanto, que esse fenômeno não é específico à região, pois também ocorreu na Ásia e foi a principal causa da crise asiática que eclodiu em outubro de 1997. Os principais determinantes da expansão do endividamento externo têm sido o

excesso de recursos financeiros disponíveis no mundo e as baixas taxas de juros internacionais.

## TENDÊNCIAS RECENTES

A dívida externa do Brasil e da América Latina nos anos de 1980 provocou uma crise econômica praticamente generalizada na região. Ela envolveu estagnação ou redução do ritmo de crescimento, estrangulamento externo e processos de ajuste com graves conseqüências econômicas, políticas, sociais e institucionais. O processo de ajuste tinha como principal objetivo a redução do déficit nas contas externas, tendo em vista as dificuldades de captação de recursos externos. Como resultado, tal déficit reduziu-se de US\$ 31 bilhões em 1980 para US\$ 3 bilhões em 1990. No entanto, o processo de endividamento externo do Brasil e da América Latina continuou avançando em função da rolagem da dívida externa, com a capitalização de juros sobre juros e mecanismos de reestruturação que fracassaram.

Nos anos de 1990 a situação altera-se significativamente como conseqüência do aumento da disponibilidade de recursos no sistema financeiro internacional que, por seu turno, foi causado pelo ciclo recessivo do período 1990-92, pelo avanço da globalização financeira e pelas mudanças nas estratégias de diversificação de riscos de investidores internacionais. Desde o início da década observa-se na América Latina o relaxamento da restrição de balanço de pagamentos decorrente da extraordinária entrada de recursos externos, mesmo em situações

nacionais de crise econômica, política e social. Entretanto, esse quadro sofreu um forte abalo em decorrência da crise do México (dezembro de 1994), da crise asiática (outubro de 1997) e da crise russa (agosto de 1998).

A maioria dos países da América Latina apresenta um endividamento alto ou moderado. Aqueles com baixo endividamento são, em grande medida, economias pequenas situadas na América Central ou no Caribe. Há uma forte correlação entre o estoque da dívida e o tamanho das economias latino-americanas. Os sete países com maior endividamento (por ordem decrescente do valor da dívida) são México, Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Chile e Colômbia, que respondem por 80% da dívida total da região e representam 92% do produto bruto da área.

O estoque da dívida externa total continuou crescendo ao longo das últimas três décadas. Se considerarmos o período que vai do início da eclosão da dívida externa nestes anos, observamos que ela passou de US\$ 257 bilhões, em 1980, para US\$ 475 bilhões, em 1990, e para US\$ 678 bilhões, em 1997. A tendência de crescimento do estoque da dívida é observada em todos os seus componentes, e a única exceção, que confirma a regra, é a redução dos atrasados ao longo dos anos de 1990. Tal exceção é explicada pelos processos de renegociação e pelas condições extremamente favoráveis de liquidez internacional na década até o momento.

Apesar dos processos de renegociação e da queda das taxas de juros

internacionais, houve um aumento também importante do serviço da dívida externa nesta década, como resultado, entre outros fatores, do crescimento do estoque da dívida nesse período. Deve-se notar, ainda, que em 1996 a América Latina pagou US\$ 97 bilhões de serviço da dívida externa, entre juros e pagamento do principal.

### REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA E VULNERABILIDADE EXTERNA

Após o fracasso do Plano Baker, proposto pelo governo dos Estados Unidos em 1985, a situação da dívida externa dos países em desenvolvimento continuou se agravando. Em 1989 o governo norte-americano apresentou o Plano Brady, que envolveu um esquema de desconto da dívida externa mediante um menu de opções. Houve dois momentos de maior importância no processo de reestruturação da dívida externa da América Latina desde 1989. O primeiro ocorreu em 1990, quando o México renegociou sua dívida de US\$ 48 bilhões; e o segundo foi em 1994, com a reestruturação brasileira, também no valor de US\$ 48 bilhões, com os bancos comerciais. A renegociação da dívida externa da Argentina foi de US\$ 19 bilhões em 1993.

Estimativas do Banco Mundial indicam que o total da redução do estoque da dívida, como resultado das negociações realizadas no período 1989-95, foi de US\$ 63 bilhões. Esse valor inclui as negociações das dívidas com os bancos comerciais no âmbito do Plano Brady e as dívidas com credores oficiais no âmbito do Clube Paris. O valor acima correspondeu a 12% do estoque médio da dívida externa total no período 1989-95.

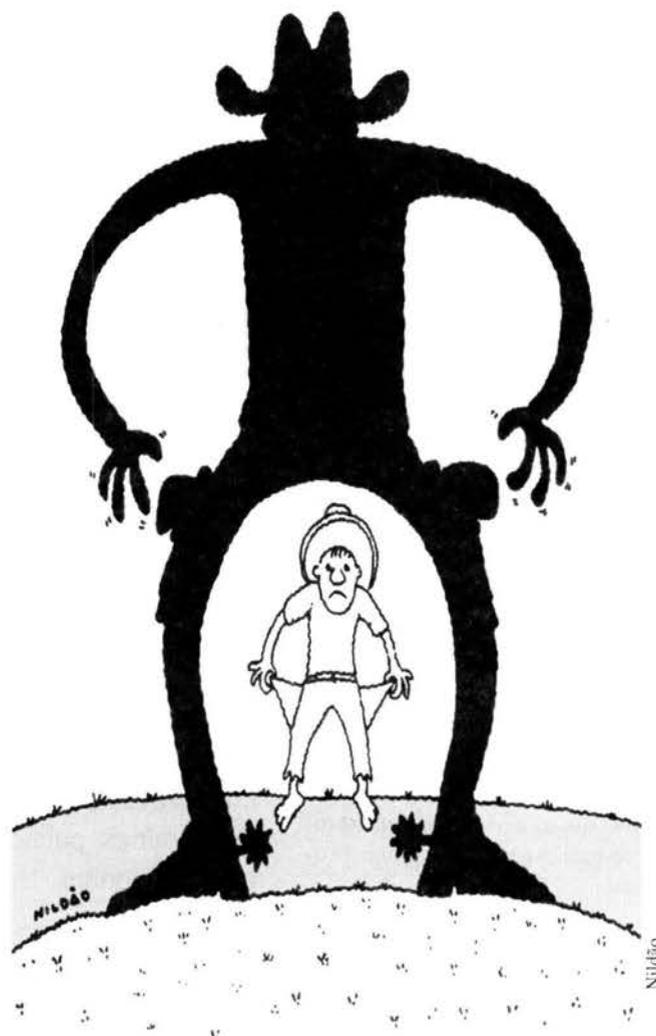
A reestruturação da dívida externa da América Latina teve como um dos principais resultados a redução dos coeficientes de vulnerabilidade financeira externa ao longo desta década. Por exemplo, a relação dívida externa total/exportação de bens e serviços reduziu-se de 255,9% em 1990 para 202,8% em 1996 e a relação dívida ex-

terna total/produto nacional bruto caiu de 46,5% para 41,4%, respectivamente. Ao longo destes anos, a queda dos juros internacionais provocou uma redução da relação pagamento de juros/exportação de bens e serviços, enquanto o excesso de liquidez internacional permitiu que a América Latina aumentasse o coeficiente reservas internacionais/importação de bens e serviços de 3,6 meses para 4,9 meses, e a relação reservas internacionais/dívida externa total aumentou de 12,3%, em 1990, para 21,8%, em 1995.

Entretanto, outros indicadores mostram uma piora da vulnerabilidade financeira externa da América Latina, principalmente como resultado do próprio aumento do estoque de dívida externa nos anos de 1990. O coeficiente serviço da dívida total/exportação de bens e serviços aumentou de 24%, em 1990, para 30%, em

1996. Esse aumento é resultado do encurtamento dos períodos de maturidade e dos prazos de carência dos recursos externos tendo em vista que houve uma redução da taxa de juros. O coeficiente pagamento de juros/produto nacional bruto aumentou de 2,2% para 2,4% entre 1990 e 1996. Ademais, houve um aumento da relação dívida de curto prazo/dívida total de 16,3%, em 1990, para 18,6%, em 1996. Por fim, a importância dos empréstimos concessionais e dos empréstimos multilaterais no estoque de dívida total também se reduziu entre 1990 e 1996. Esses empréstimos voltaram a aumentar com os acordos com o FMI a partir de fins de 1997.

Deve-se notar ainda que, apesar da queda de alguns indicadores de vulnerabilidade financeira externa ao longo dos anos de 1980, eles continuam próximos dos níveis críticos anteriores à eclosão da crise da dívida



externa no início dos anos de 1980. Por exemplo, os coeficientes dívida externa total/exportação de bens e serviços e dívida externa total/produto nacional bruto eram em 1996 maior do que em 1980.

#### DÍVIDA E VULNERABILIDADE EXTERNA

Há uma significativa heterogeneidade de situações no que se refere ao endividamento externo dos países da América Latina. Os maiores da região, México e Brasil, apresentam um elevado grau de endividamento, enquanto países pequenos como Nicarágua e Bolívia também se encontram numa situação crítica. Ao longo desta década outros, como Chile e Colômbia, conseguiram resultados favoráveis quanto à redução do grau de vulnerabilidade financeira externa, enquanto Brasil e México, por exemplo, apresentam resultados pouco promissores.

No conjunto, a América Latina aparece como um continente marcado por um elevado grau de endividamento, que desloca recursos para o exterior na forma de pagamento do principal e dos juros da dívida externa. Esse efeito de "vazamento" de renda torna-se ainda mais crítico quando se constata que nos últimos anos os países têm se tornado cada vez mais dependentes de recursos exter-

**A dívida externa do Brasil e da América Latina nos anos de 1980 envolveu estagnação ou redução do ritmo de crescimento, estrangulamento externo e processos de ajuste com graves conseqüências econômicas, políticas, sociais e institucionais**

nos para financiar seus déficits de balanço de pagamentos. O resultado geral tem sido não somente um aumento da dívida externa ao longo dos anos de 1990, mas também uma certa aceleração do endividamento numa situação de excesso de liquidez internacional até meados de 1994, e de fins de 1995 até meados de 1997. A crise asiática afeta drasticamente a oferta de recursos externos para a América Latina a partir de meados de 1997. Desde então, o endividamento externo de curto prazo cresce exponencialmente, ao mesmo tempo que aumenta de forma extraordinária a dívida de médio prazo, tendo em vista os acordos firmados com governos do G-7, Banco Mundial, Banco Internacional de Compensações e FMI.

Os indicadores mostram que, apesar dos processos de reestruturação da dívida externa e da queda das taxas de juros internacionais a partir de

## A AMÉRICA LATINA E A DESIGUALDADE SOCIAL

Países	Fatia dos 10% mais ricos na renda nacional (em %)	Fatia dos 10% mais pobres na renda nacional (em %)	Número de pessoas nos 10% de domicílios mais ricos	Número de pessoas nos 10% de domicílios mais pobres	Tempo de escolaridade entre os 10% mais ricos (maiores de 25 anos, em anos)	Tempo de escolaridade entre os 10% mais pobres (maiores de 25 anos, em anos)	Entre os 10% mais pobres, quantos completaram o curso primário (em %)
Argentina	35,9	1,5	3,06	6,27	13,57	7,04	83
Bolívia	42,1	1,5	4,36	6,50	13,12	5,96	84
Brasil	47	0,8	3,59	6,49	10,53	1,98	19
Chile	45,8	1,3	3,87	5,63	12,83	6,24	67
Costa Rica	34,2	1,4	3,90	6,09	11,53	4,08	64
Equador	44	0,6	4,39	6,73	11,83	3,39	76
El Salvador	39,4	1,0	4,17	6,94	10,27	1,63	17
México	44,4	1,1	3,99	7,26	12,13	2,14	52
Panamá	42,7	0,6	3,57	6,23	8,49	4,31	75
Paraguai	46,5	0,7	4,37	7,26	10,72	3,37	49
Peru	35,4	1,5	4,68	7,71	10,80	3,87	53
Uruguai	32,3	1,8	3,14	5,85	11,87	6,03	88
Venezuela	35,8	1,6	4,29	7,16	10,81	4,66	76

Fonte: Folha de São Paulo, 14/11/1998.

## MITOS DA "GLOBALIZAÇÃO"



4

**"A economia 'global' vem sendo crescentemente dominada por empresas 'transnacionais', livres de identificação e lealdades nacionais."**

A grande maioria das empresas permanece marcada por sua origem nacional. Corporações verdadeiramente transnacionais são raras, especialmente nas economias de maior porte, que contam com amplos mercados internos. Não há dúvida de que nas últimas décadas as empresas dos países desenvolvidos, e mesmo de alguns países em desenvolvimento, ampliaram as suas atividades no exterior e passaram a

desenvolver parte das suas atividades fora do país de origem.

Mas isso não significa que as firmas perderam as suas referências e vínculos nacionais. A grande maioria delas mantém o grosso dos seus ativos, vendas e empregos em sua base nacional. As atividades geradoras de maior valor adicionado e funções estratégicas, como pesquisa e desenvolvimento, tendem a se realizar no país de origem das empresas. Em geral, as corporações não devem ser caracterizadas como "transnacionais" ou "multinacionais", mas sim como firmas nacionais com operações internacionais.

1989, há um nítido processo de crescente vulnerabilidade financeira externa na América Latina. Ademais, o aumento da dívida externa tem sido acompanhado de um encurtamento dos períodos de aplicação dos recursos e do aumento do passivo externo de curto prazo.

Os três maiores países da região — Brasil, México e Argentina — encontram-se com níveis elevados de endividamento externo e com significativa vulnerabilidade externa. Eles também continuam pagando elevados *spreads* sobre novos recursos captados no exterior. Essa incerteza crítica é tão mais forte quanto maior for a vulnerabilidade financeira externa desses países.

A situação do Brasil é particularmente grave tendo em vista o extraordinário desequilíbrio das suas contas públicas e das contas externas durante este governo. Em 1998 o relação entre o déficit público e o PIB foi de 8%, o que representa um déficit da ordem de US\$ 60 bilhões, enquanto as contas externas deverão ter um buraco de mais de US\$ 30 bilhões, quando a dívida externa deverá superar os US\$ 210 bilhões. Nessa grave situa-

ção de desestabilização econômica, a situação social do País agrava-se ainda mais, quando a taxa média de desemprego aberto chega a 8% e a taxa plena de desemprego em São Paulo aproxima-se dos 20%. O aumento da vulnerabilidade externa brasileira tem no crescimento da dívida externa um dos principais determinantes, enquanto agrava-se ainda mais a "dívida social" das elites para com o povo brasileiro.

### **CONDICIONALIDADES POSITIVAS: DÍVIDA EXTERNA E DÍVIDA SOCIAL**

A crise russa de agosto de 1998 representou um forte choque externo para os países latino-americanos em geral, e para o Brasil, em particular. A fragilidade desses países resulta do elevado nível de endividamento externo, principalmente de curto prazo, e da liberalização comercial, financeira e cambial. As políticas de ajuste têm sido, uma vez mais, acompanhadas de acordos com o Fundo Monetário Internacional, os quais, por seu turno, apresentam um conjunto significativo de condicionalidades negativas (por exemplo, corte de gastos públicos), que resultarão em proces-

sos recessivos, desemprego e aumento das dívidas externa e social.

Como associar a redução do endividamento externo do Brasil com a redução da dívida social existente no País? A idéia central consiste em um processo de perdão da dívida associado a condicionalidades positivas. Na prática, os países credores perdoariam dívidas públicas e privadas (em dólares) de países em desenvolvimento. Contudo, os devedores deveriam pagar os juros e a amortização (em moeda nacional) para um Fundo de Desenvolvimento Social em cada país. Tal fundo forneceria recursos para projetos na área social. A administração dele ficaria com organizações representativas da sociedade civil nacional, com base em critérios técnicos rigorosos e sob auditoria regular, internacional e nacional. Nesse sentido, não haveria perdão para a dívida externa de empresas e governos, e sim a conversão do serviço dessa dívida em recursos para formação de um fundo que visa o pagamento da dívida social em cada país.

Ademais, no programa de perdão da dívida firmado entre os governos dos países credores e o país devedor haveria critérios de desempenho no que se refere a gastos na área social. O objetivo central é evitar que os governos reduzam os gastos sociais, tendo em vista os novos recursos obtidos para a formação do Fundo de Desenvolvimento Social com o perdão da dívida. Pelo contrário, a intenção é de que no memorando técnico do acordo de perdão da dívida externa haja critérios de desempenho quanto ao aumento dos gastos na área social, assim como seu uso mais eficaz. Dessa forma, podem-se usar as pressões internacionais sobre as elites nacionais que não têm compromisso com o desenvolvimento social por meio de condicionalidades positivas.

**Reinaldo Gonçalves**, professor-titular de Economia Internacional da UFRJ.

# DÍVIDA EXTERNA E JUBILEU

## UMA REFLEXÃO TEOLÓGICA

Walter Altmann

**Quais são as razões teológicas fundamentais pelas quais as igrejas se vêem não apenas autorizadas, mas comprometidas a alçar sua voz na questão da dívida externa? Esse é o pano de fundo que norteia esta reflexão**



A fé cristã entende o ser humano como um ser relacional: com Deus, como criador e mantenedor de toda a criação; e com o próximo, como seu semelhante e parceiro social inserido no conjunto do restante da criação. A realidade dos seres humanos é avaliada de acordo com o estado de suas relações com Deus, com o próximo e com a criação. Mais: a fé cristã está baseada no convencimento de que o propósito original e inalterado de Deus consiste em que essas relações sejam caracterizadas por amor, justiça e comunhão. Ainda assim ela está consciente de que a realidade atual das relações entre os humanos, bem como para com Deus e com o conjunto da criação, está muito distante desse propósito e profundamente marcada por egoísmo, violência e injustiça.

Essa concepção dual (propósito de Deus e afastamento dele) faz com que a fé cristã se exercite permanentemente numa dialética de realismo e utopia: pode encarar e nomear destemidamente as múltiplas manifestações

de injustiça e opressões, mas nem por isso se deixa abater pela resignação. Ao contrário, se revigora em favor de uma ação transformadora a partir do horizonte de esperança que encontra na vontade expressa de Deus. Por isso, também a questão da dívida externa deve ser encarada nessa dialética de realismo no tocante à perversidade e complexidade da questão, sem abdicar do propósito e da crença na possibilidade de transformação radical da iniquidade.

### A IMPORTÂNCIA DO JUBILEU

O horizonte utópico que move crescentemente as igrejas e movimentos cristãos em relação à dívida externa é sintetizado paradigmaticamente pela concepção do jubileu (Levítico 25). Suas linhas básicas tornam-se mais e mais conhecidas: de tempos em tempos (no caso bíblico, preconizava-se um período de cinquenta anos), proceder-se-ia a uma radical anulação das iniquidades acumuladas ao longo do período anterior e se restabeleceriam as relações originárias de igualdade,

justiça e comunhão solidária. A terra seria redistribuída, os escravos libertos, as dívidas perdoadas.

Para entendermos a concepção do jubileu, devemos recuar ainda mais à concepção do descanso sabático. Segundo o Antigo Testamento, a atividade humana haveria de desenvolver-se num ritmo de trabalho durante seis dias, seguido de um dia de descanso. O descanso é entendido, portanto, como o verdadeiro alvo da labuta precedente, o momento de desfrute das bênçãos auferidas, do restabelecimento das forças e do recolhimento à comunhão mais íntima com o Criador. Aliás, o próprio Deus culmina a criação não com o ser humano, como muitas vezes se supõe, mas com o descanso. O dia de descanso é parte da criação.

Analogamente, o Antigo Testamento conhece o ciclo de sete anos, em que o último é dedicado ao descanso. Contudo, também reconhece a realidade pervertida e cada vez mais distante do propósito original. De modo que preconiza após sete ciclos



## 5

**"A expansão das transações financeiras internacionais criou um mercado 'global' de capitais extraordinariamente poderoso, diante do qual a autonomia das políticas nacionais e dos bancos centrais, mesmo nos países de mais peso, tende a desaparecer."**

O grau de internacionalização das finanças é mais limitado do que sugere o uso indiscriminado de expressões como "globalização financeira" ou "mundialização do capital financeiro". A despeito da acentuada expansão das operações financeiras internacionais, as aplicações domésticas ainda são largamente predominantes. O comportamento dos investidores institucionais dos países desenvolvidos, particularmente dos fundos de pensão e das companhias de seguro, revela um forte viés em favor dos mercados domésticos. A preponderância dos mercados nacionais também aparece de forma esmagadora nos dados referentes aos mercados de títulos e ações. Por esses e outros motivos, é prematuro admitir a existência de um mercado global de capitais.

É verdade que o aumento do volume e da velocidade das transações financeiras internacionais cria

situações novas. Dificulta, por exemplo, a sustentação de certos tipos de regime cambial, especialmente daqueles que se caracterizam por alguma forma de ancoragem flexível, a exemplo do regime adotado pelo Brasil nos anos recentes. Não é por acaso que tem havido nas décadas recentes uma tendência marcada para a flutuação cambial administrada, não só nos países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento, pois esse é o tipo de regime cambial que permite conciliar o crescimento das operações financeiras internacionais com a preservação da autonomia dos bancos centrais na busca de objetivos domésticos.

Longe de estarem reduzidos à condição de atores secundários, os bancos centrais continuam e continuarão a preservar a sua autonomia e a exercer forte influência sobre os mercados de câmbio, agindo isoladamente ou em intervenções coordenadas com outros bancos centrais.

**Paulo Nogueira Batista Jr.**, professor e pesquisador do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Fonte: *Mitos da Globalização*, Pedex (Programa Educativo sobre a Dependência Externa), julho, 1998.

O descanso é entendido como o verdadeiro alvo da labuta precedente, o momento de desfrute das bênçãos auferidas, do restabelecimento das forças e do recolhimento à comunhão mais íntima com o Criador

de sete anos, a introdução de um ano de jubileu, em que as distorções e perversões seriam corrigidas e restabelecidas as condições de igualdade, justiça e comunhão originais. Ou seja, o jubileu proporcionaria que não apenas todas as pessoas, mas até mesmo todos os seres vivos pudessem usufruir as dádivas e bênçãos obtidas no tempo precedente, sem que estas sejam usurpadas por uns em detrimento dos demais. Aliás, o componente de crítica social aos poderosos, contido nas concepções vete-

rotamentárias fica claro num texto como o do Salmo 82, uma crítica aos governantes que oprimem o povo: "Até quando julgareis injustamente e tomareis partido pela causa dos ímpios? Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios."

Há, nessa concepção, por certo, não apenas o horizonte utópico, mas também uma grande dose de realismo. Cinquenta anos não era um período curto, ainda mais se considerarmos a longevidade da época bem inferior a isso. Poder-se-ia perguntar, com alguma dose de cinismo: significa que durante quarenta e nove anos as injustiças e opressões estariam liberadas? Contudo, o cinismo seria injusto. O texto bíblico não preconiza de modo nenhum que após um ano de jubileu se retorne, no ano seguinte, ao estado anterior que tornou o jubileu necessário. Ao contrário, pressupõe-se que o restabelecimento do estado original seja agora o estado que deveria ser mantido como habitual, não o sendo tão-somente pela realidade do que se designa em termos teológicos como pecado, que consiste precisamente no rompimento das relações com Deus e com o próximo.

Ainda que, na prática, o jubileu nunca tenha se concretizado de todo, permaneceu sempre como horizonte utópico a nutrir a crítica social dos profetas e a esperança do povo de Deus. O Novo Testamento faz confluír a esperança do jubileu na pessoa do próprio Jesus Cristo, conforme Lucas (4.16-21). A característica desse jubileu fica clara: "Evangelizar aos pobres, proclamar libertação aos cativos, pôr em liberdade os oprimidos" (v. 18).

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERDÃO

Nesse contexto, está também contida a idéia do perdão. Em relação a Deus, a comunidade cristã se sabe devedora e por isso sempre carente de perdão. Do perdão recebido flui também

**É eticamente inaceitável que justamente quando se têm à disposição recursos sem precedentes, se observe uma exacerbação das desigualdades naqueles países tradicionalmente desiguais e também nos que já haviam atingido um relativo grau de desenvolvimento social**

o compromisso do perdão a conceder. Na oração de Jesus consta a petição lapidar: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos a nossos devedores". Ainda que não se possa fazer uma transposição simples dessa petição para com as relações econômicas entre nações, é certo que a dimensão do perdão preserva o horizonte utópico presente no tema do jubileu e aponta para a restauração de condições de justiça originais deturpadas.

Logo, a idéia do perdão não pode ser desvinculada da concepção de justiça. Aliás, não o é em Deus mesmo, que utiliza o instrumento do perdão, suscitado por seu amor, para restabelecer as condições da justiça. Assim, o clamor pelo cancelamento parcial ou total da dívida não pode ser entendido como uma admissão de culpabilidade por parte dos povos devedores a serem perdoados, já que as camadas populares que padecem as consequências nefastas das dívidas geral-

mente não foram os responsáveis por contraí-las, mas são suas vítimas.

Contudo, assim como o jubileu no Antigo Testamento, ao prever o restabelecimento de condições de justiça, também pressupunha a manutenção da justiça restabelecida, é essencial que toda e qualquer medida de cancelamento da dívida venha acompanhada de medidas tendentes a propiciar a manutenção das condições para o desenvolvimento da sociedade em igualdade e justiça. Assim, vincular o cancelamento da dívida externa ao resgate da dívida social (e poderíamos acrescentar ecológica) é um desdobramento lógico da concepção do jubileu. De outra parte, é igualmente fundamental comprometer os governos de países endividados e os de países credores, bem como agências multilaterais, além de investidores privados, com um código eficaz (de preferência com valor jurídico internacional) que coloque os instrumentos econômicos a serviço do ser humano, em particular dos empobrecidos. Por exemplo, a transposição de dispositivos legais que protegem os cidadãos em sua capacidade de sobrevivência para salvaguardas análogas em relação aos povos parece um desdobramento lógico da reivindicação do jubileu, e, ao mesmo tempo, um imperativo de preservação da dignidade de todo e qualquer ser humano.

#### **REDE DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL**

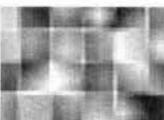
Do ponto de vista ético observa-se na atualidade um inaceitável e gritante paradoxo: há, de um lado, no mundo de hoje, recursos financeiros, tecnológicos e de produção inimagináveis em épocas precedentes, desmascarando como uma falácia a tese muitas vezes repetida de que o objetivo de uma ordem social justa e igualitária, em nível mundial, seria uma utopia impossível de ser alcançada. É eticamente inaceitável que justamente quando se têm à disposição esses recursos sem precedentes, se observe simultaneamente uma exacerbação

das desigualdades não apenas naqueles países tradicionalmente desiguais, mas também nos que já haviam atingido um relativo grau de desenvolvimento social.

Em contraposição, é alvissareiro que a campanha Jubileu 2000, clamando a um cancelamento total ou significativo das dívidas, esteja estabelecendo não apenas um consenso ecumênico de largas proporções (Igreja Católica Romana, Conselho Mundial de Igrejas, famílias confessionais, organismos ecumênicos), como também uma crescente participação de iniciativas da sociedade civil, tanto em países devedores quanto credores. A constituição de uma rede de solidariedade internacional é também uma condição não apenas para a consecução, ainda que parcial, dos objetivos do cancelamento da dívida, mas também para a prevenção das causas que levaram ao surgimento e ao extraordinário agravamento do problema. O ano jubilar de 2000 tem um poder mobilizador, que a comunidade cristã pode e deve usar para fazer ouvir sua voz em face da questão crucial da dívida externa e do modelo econômico dominante. Ele é, antes de tudo, a proclamação do direito dos povos a uma vida em dignidade, justiça e comunhão.

---

**Walter Altmann**, teólogo luterano e presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai).





Alcy, Movimento, 1979

## SIMPÓSIO APONTA CAMINHOS PARA ENFRENTAR A DÍVIDA

**Um grande debate sobre a dívida externa e as alternativas para enfrentá-la reuniu em Brasília (21 a 23 de julho de 1998) especialistas brasileiros e estrangeiros, representantes de igrejas cristãs e de movimentos e entidades da sociedade civil. Durante três dias foi debatido um assunto que em geral é tratado apenas por especialistas, mas que não pode mais ser estranho aos cidadãos, e muito menos ocultado ao conhecimento da população**

**O** Simpósio sobre a Dívida Externa foi concebido para ser um ato de cidadania, de solidariedade e de responsabilidade, e conseguiu atingir os seus objetivos. A preocupação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) foi mostrar que, como cidadãos, todos têm o direito de saber sobre a situação do endividamento do País.

O caminho da solidariedade foi reforçado no simpósio como forma de estar juntos dos que mais sofrem as consequências da dependência financeira na fase atual do capitalismo. "Esta solidariedade", reforça o documento do simpósio, "é compartilhada com iniciativas e mobilizações de diversas igrejas e organizações nacionais e internacionais". Como um ato de res-

ponsabilidade, o simpósio se pautou no compromisso de participação, de maneira consciente, assumindo um papel ativo no enfrentamento da dívida externa.

As posições do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e do papa João Paulo II sobre a dívida foram citadas no documento do encontro. Enquanto o papa lembra que ela faz parte de um problema mais vasto, que é a pobreza e a multiplicação de novas desigualdades que acompanham o processo de globalização, o CMI reforça a necessidade urgente de se fazer uma reavaliação das dívidas.

Os participantes do simpósio defenderam que a celebração do Jubileu do Ano 2000 deve ter como ponto central o perdão das dívidas, em seu sentido mais amplo. "O Jubileu deve tornar-se momento de renovação pessoal e social, para eliminar as grandes injustiças e restabelecer, nas relações entre as pessoas e a criação, a harmonia e a

justiça que Deus sempre quis", concluíram.

#### LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS NO SIMPÓSIO

As discussões e os debates que marcaram os três dias do Simpósio sobre a Dívida Externa apontaram para a necessidade de se repensar a dívida brasileira e dos demais países subdesenvolvidos. Para mudar o quadro atual, torna-se urgente resgatar as dívidas sociais e ecológicas. Esse processo passa pela formulação e adoção de um projeto de desenvolvimento com prioridade para o atendimento dos direitos sociais da população. Qualquer iniciativa não terá resultados positivos se não houver uma mudança cultural e política por parte dos grupos sociais empobrecidos e excluídos, fazendo valer seus direitos e seu poder.

Qualquer iniciativa não terá resultados positivos se não houver uma mudança cultural e política por parte dos grupos sociais empobrecidos e excluídos, fazendo valer seus direitos e seu poder

Os participantes do encontro chamaram a atenção para a importância de esses segmentos da população tomarem consciência de que são os credores das dívidas sociais. O documento do Simpósio ressalta que "é indispensável que haja uma ruptura da dependência em relação aos capitais estrangeiros, e das estruturas de dominação, com tudo o que significa de destruição da economia e soberania nacionais e da dignidade de vida da grande maioria da população".

#### DOCUMENTO FINAL

### IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DA DÍVIDA EXTERNA

O simpósio teve como objetivo ser:

**Um ato de cidadania:** como cidadãos temos o direito de saber sobre a situação da dívida externa, temos a obrigação de estar bem informados. E quem dispõe dos dados tem a obrigação de fornecê-los à sociedade. A dívida externa não pode ser um tema estranho aos cidadãos, muito menos ocultado ao conhecimento da população.

Não é, também, assunto superado, embora as situações tenham mudado significativamente nos últimos anos. Mantendo o nome "dívida externa", que se tornou emblemático durante muitos anos, queremos identificar o processo histórico que foi criando dependência financeira, com graves consequências para países pobres e para os pobres dentro dos países ricos.

**Um ato de solidariedade** com aqueles que mais sofrem as consequências da dependência financeira na fase atual do capitalismo. Essa solidariedade é

compartilhada com iniciativas e mobilizações de diversas igrejas e organizações nacionais e internacionais.

**Um ato de responsabilidade:** para participar, de maneira consciente, assumindo um papel ativo no enfrentamento da dívida externa. A sociedade está aberta para enfrentar o problema, e para isso exige transparência de informações e de decisões:

A dívida, como nos diz o papa João Paulo II na Mensagem do Dia da Paz, "faz parte de um problema mais vasto: o da persistente pobreza, às vezes extrema, e o da multiplicação de novas desigualdades que acompanham o processo de globalização. O espírito do Jubileu nos obriga a aliviar, ou tirar, o peso da dívida para restabelecer um relacionamento de maior justiça entre as nações, que permita aos países mais pobres um justo acesso a todas as riquezas materiais e espirituais que pertencem à família das nações."

Na mesma perspectiva, pronuncia-se o Conselho Mundial de Igrejas: "Há necessidade urgente de se fazer uma reavaliação das dívidas, limitar taxas de juros e ampliar os prazos de pagamento das dívidas do Terceiro Mundo, e considerar a possibilidade de cancelar totalmente as dívidas dos países menos adiantados."

A referência que define a motivação do simpósio é o Jubileu do ano 2000. De acordo com a proposta bíblica, o "perdão das dívidas" está no cerne da celebração do Jubileu. Estamos convencidos da força de um "movimento geral de solidariedade", unindo grande número de cidadãos, numa só voz, publicamente, em direção a uma única causa. O Jubileu deve tornar-se momento de renovação pessoal e social, para eliminar as grandes injustiças e restabelecer, nas relações entre as pessoas e com a criação, a harmonia e a justiça que Deus sempre quis.

Essas são as aspirações de todos os



Rev. Ervino Schmidt (Conic), Mons. Diarmide Martin (Pontifício Conselho de Justiça e Paz/Roma), D. Demétrio Valentini (Pastoral Social/CNBB), Prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ)

O Simpósio, em suas conclusões, reforçou que em um novo projeto de desenvolvimento “não se admite gastar o que se paga hoje com a dívida interna e externa pública e com o ônus da dívida externa privada”. Nesse novo projeto não se pode alicerçar o desenvolvimento nacional na dependência do capital estrangeiro.

### ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A DÍVIDA

O bispo responsável pelo Setor Pastoral Social da CNBB, dom Demétrio Valentini, afirmou, na abertura do simpósio, que a discussão sobre a dívida não está superada, embora as situações tenham mudado significativamente nos últimos anos. “Mantendo o nome de dívida externa, que se tomou em-

blemático durante muitos anos, queremos identificar o processo histórico que foi criando a dependência financeira, com graves conseqüências para os países pobres, e para os pobres dentro dos países ricos”, afirmou dom Demétrio.

Ele ressaltou que o resgate das dívidas proposto pela 3ª Semana Social Brasileira “inspira-se no ensinamento profundo de Cristo, que colocou no Pai Nosso a questão do perdão no cerne de sua mensagem, e as dívidas, como componente da realidade cotidiana”.

O simpósio foi dividido em quatro momentos para o debate da dívida: contextualizando a dívida externa, que contou com a conferência do economista Paul Singer; a visão contemporânea do endividamento do Brasil, com exposição da deputada federal Maria da Conceição Tavares, do professor Reinaldo Gonçalves, do diretor do

povos e de todas as gerações. A força de um movimento geral de solidariedade é a única potência que pode ser legítima nos dias de hoje, uma força capaz de mobilizar a energia social em favor do resgate das dívidas sociais que a sociedade gerou.

#### O ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO

O endividamento externo do Brasil, caracterizado nos anos de 1970 e 1980 por um ciclo de expansão e crise prolongada, comprometeu toda uma geração pelas conseqüências nefastas do período de estagnação e dependência a que o País ficou submetido.

Nos anos 90, inicia-se um novo ciclo de endividamento externo brasileiro, com características algo distintas do período anterior, mas com evidentes sinais e sintomas de que as conseqüências sociais e econômicas evoluem para uma crise ainda mais séria do que a dos anos 80.

O novo processo de endividamento apresenta-se mais complexo em suas relações econômicas internacionais. A dívida externa não é o único indicador de dependência de recursos internacionais. O montante dessa dívida bru-

ta, do início de 94 a ao início de 98, segundo dados do Banco Central, cresceu de US\$ 145,7 bilhões para US\$ 193,2 bilhões. No período de janeiro de 95 a junho de 98, os déficits em conta corrente com o exterior registraram US\$ 89,5 bilhões, e devem fechar o ano com mais de 100 bilhões de dólares de novas obrigações a pagar em moeda estrangeira, acumulados no presente governo.

O atual ciclo de expansão da dívida externa e de outros passivos externos do Brasil difere do precedente em vários aspectos, todos eles infelizmente agravantes para uma rápida e profunda eclosão de crise. O baixo crescimento econômico, a alta dependência de importações, o reduzido nível de investimento público e privado durante o quadriênio 95/98, aliados à desnacionalização de patrimônios públicos e privados, são características do atual ciclo de endividamento e aceleram a dependência de recursos externos, atual e futura.

Isso se traduz, em termos de indicadores econômicos, no crescimento do déficit em conta corrente com o exterior e na ampliação do estoque de ca-

pital em mãos de estrangeiros. Em particular, a desnacionalização de setores infra-estruturais (energia, telecomunicações, bancos etc.), cujos novos fluxos de remessa de divisas para o exterior devem crescer sem a contrapartida das exportações que esses setores não geram.

Passivos externos crescentes, sem contrapartida de exportações com crescimento similar, aprofundam o desequilíbrio externo. Esse indicador direto da dependência econômica externa torna o sistema frágil, à semelhança de organismo débil, suscetível a toda e qualquer contaminação por bactérias e parasitas em circulação no meio ambiente, ávidos por atacar seletivamente corpos indefesos. Essa lógica da biopatologia não é estranha às estratégias dos denominados ataques especulativos financeiros que ora devoram as chamadas economias emergentes pelo mundo afora.

O crescimento do endividamento externo reflete-se também no aumento da dívida pública interna. Esta, por sua vez, implica em encargos que consomem recursos públicos para esse fim reservados ilimitadamente

Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani, e do professor Paulo Nogueira Batista Jr. O momento “aprofundando o tema da dívida, em nome de saídas” contou com o pronunciamento do representante do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, monsenhor Martin; leitura ética da dívida externa, com um painel que teve a presença do presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Walter Altmann, do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e de João Pedro Stédile, membro da direção do Movimento Sem-Terra.

O Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) subsidiou os participantes do simpósio com vários textos, entre eles o do coordenador, Marcos Arruda. O sociólogo e economista alertou que o endividamento brasileiro tem-se agravado ao longo do governo Fernando Henrique

Cardoso. Segundo ele, países chamados de renda média, como Brasil e o México, apresentam um elevado grau de endividamento e um nível de vulnerabilidade superior ao limite desejável. Esses países têm sofrido forte processo de descapitalização.

O economista Paul Singer, da Universidade de São Paulo, fez uma análise do perfil da dívida externa hoje, em comparação com a situação registrada nos anos de 1970 e 1980. “O estoque de capital externo investido nos países subdesenvolvidos constitui, agora, o acervo antes representado pelo endividamento direto”, afirmou. Dessa forma, segundo ele, reproduz-se de forma diversa a frágil situação da pré-crise da dívida. “O Brasil, de modo particular, fica extremamente dependente dos capitais externos, configurando um quadro de crise potencialmente fatal e insustentável”, alertou.

## O Brasil nunca registrou uma perda de soberania tão grande quanto agora, em termos de uma integração subordinada

Quanto às propostas para enfrentar a situação, Paul Singer defendeu a realização de um pacto social para que o real seja desvalorizado diante do dólar, sem que isso implique na volta da inflação. “Deixar de importar cerca de US\$ 33 bilhões anuais para fechar o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos é o único caminho para o Brasil voltar a crescer e os juros caírem”, sustentou o economista. Para ele, “uma crise no Brasil é algo fatal, e só não sabemos quando acontecerá”.

Singer defendeu ainda a posição polêmica de que, no caso do Brasil,

nos orçamentos estatais. Produz-se então uma completa inversão de valores éticos na gestão da política fiscal, visto que, ao sancionar os gastos com encargos das dívidas interna e externa sem limites e sem participação do Congresso, o sistema impõe toda a prioridade orçamentária para o serviço das dívidas, relegando a todas as outras funções e necessidades públicas um caráter residual, a ser “ajustado”, cortado, ignorado ou suprimido.

Tal engenharia econômica perversa é responsável pela verdadeira inversão das prioridades sociais nos orçamentos, e geralmente vem acompanhada do apelo ao sacrifício, da justificação pela austeridade ou simplesmente pela invocação do “ajuste estrutural”, sem maiores explicações.

Por outro lado, se no ciclo recente do endividamento externo houve uma medíocre expansão econômica — ao redor de 2,5 a 3% do PIB — e aumento de desemprego no período 95/98, o desempenho que se poderia esperar numa fase de eclosão da crise de dívida externa seria claramente muito mais grave: nenhum crescimento e certamente emprego em declínio li-

vre. Tudo isso evidentemente não se traduz apenas em números, mas no imenso inferno humano de degradação, violência, destruição física e psicológica das pessoas, especialmente dos mais pobres.

O atual processo de endividamento externo fez crescer a dívida externa privada. Mesmo sendo diretamente independente de recursos públicos, não pode ficar ausente de controles e regulações públicas restritivas. O nível e a mobilidade financeira dessa dívida privada já afetam o sistema econômico pelo volume de moeda estrangeira que movimenta. O Banco Central deve gerir esses fluxos sem riscos de perdas apreciáveis de reservas e sem os custos excessivos com a mobilização e o financiamento, no tempo, dessa mesma imobilização. Esses também são fatores responsáveis pela geração de novas dívidas, que recaem sobre os ombros de toda a sociedade.

As condições de gestão monetária e financeira são, em parte, internas, mas em grande medida dependem da reestruturação da ordem financeira internacional em bases substancialmente distintas do sistema de desregula-

mentação ora prevalecente. Isso requer novas regras e novas instituições, que infelizmente sequer estão sendo gestadas.

As várias dívidas — externa, interna, pública e privada —, conquanto diversas em suas implicações e significados, apresentam em comum uma sobrecarga de obrigações à sociedade, cujas consequências são de várias naturezas: 1) elevação dos compromissos a pagar em moeda estrangeira no presente e no futuro, comprometendo o desenvolvimento das gerações mais jovens; 2) aumento da vulnerabilidade externa e da dependência econômica do país; 3) ônus ilimitado aos orçamentos públicos, comprometendo as prioridades políticas com o resgate das dívidas sociais; 4) perda de soberania e submissão às estratégias internacionais do capital financeiro e da potência hegemônica que ora o protagoniza; 5) e sacrifício do povo humilde e desprotegido, que, sem ter obtido os benefícios do período de expansão dessas dívidas, é compulsoriamente sobrecarregado com o ônus dos seus encargos.

não faz sentido pedir o perdão da dívida, já que o País continua se endividando, mesmo que sob novas modalidades. "A responsabilidade maior pelo problema recai mais sobre os atores internos, governo e elites, que sobre os externos", aponta o economista. Essa opinião foi bastante contestada em plenário, e posteriormente pela deputada Maria da Conceição Tavares

que, além de seu pronunciamento em conferência, manifestou-se ativamente durante os debates.

O professor Reinaldo Gonçalves, titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisou a dívida do Brasil e da América Latina. Ele também alertou que apesar dos processos de reestruturação da dívida externa e da queda das taxas

de juros internacionais a partir de 1989, "há um nítido processo de crescente vulnerabilidade financeira externa na América Latina". Além do Brasil e do México, ele aponta a Argentina como país com níveis elevados de endividamento externo e com significativa vulnerabilidade externa.

A situação do Brasil, segundo ele, é particularmente grave, tendo em vista o desequilíbrio das contas públicas e das contas externas do atual governo. Ele lembrou que em 1998 a relação entre o déficit público e o PIB está se aproximando de 7%, o que representa um déficit da ordem de US\$ 50 bilhões. Enquanto isso as contas externas deverão ter um buraco de mais de US\$ 30 bilhões em 98, quando a dívida externa deverá superar os US\$ 210 bilhões.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., em sua conferência, apresen-

Frei João Xerri (CRB), Therezinha Motta da Cruz (Conic), Enilson Souza (Cese), D. Demétrio Valentini (CNBB), Rev. Ervino Schmidt (Conic), Prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ)



## REFLEXÕES ÉTICAS E TEOLÓGICAS

Há razões teológicas e éticas fundamentais pelas quais as igrejas e a sociedade civil se vêem não apenas autorizadas, mas comprometidas a alçar a voz na questão da dívida externa.

1. A fé cristã entende o ser humano como um ser relacional: com Deus como criador e mantenedor de toda a criação; e com o próximo como seu semelhante e parceiro social inserido no conjunto do restante da criação.

2. O horizonte utópico que move crescentemente as igrejas e movimentos cristãos em relação à dívida externa é sintetizado paradigmaticamente pela concepção do Jubileu (Levítico 25). Suas linhas básicas tornam-se mais e mais conhecidas: de tempos em tempos (no caso bíblico, preconizava-se um período de cinquenta anos) proceder-se-ia a uma radical anulação das iniquidades acumuladas ao longo do período anterior e se restabeleceriam as relações originárias de igualdade, justiça e comunhão solidária. A terra seria redistribuída, os escravos libertos, as dívidas perdoadas.

Ademais, pressupõe-se que o resta-

belecimento do estado original seja agora aquele que deveria ser mantido como habitual, e não tão-somente pela realidade do que se designa em termos teológicos como pecado, que consiste precisamente no rompimento das relações com Deus e com o próximo.

3. Nesse contexto, está também contida a idéia do perdão. Em relação a Deus, a comunidade cristã se sabe devedora e por isso sempre carente de perdão. Do perdão recebido flui também o compromisso do perdão a conceder. Na oração de Jesus consta a petição lapidar: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos a nossos devedores." Ainda que não se possa fazer uma transposição simples dessa petição para as relações econômicas entre nações, é certo que a dimensão do perdão preserva o horizonte utópico presente no tema do Jubileu e aponta para a restauração de condições de justiça originais deturpadas.

Logo, a idéia do perdão não pode ser desvinculada da concepção de justiça. Assim, o clamor pelo cancelamento parcial ou total da dívida não

pode ser entendido como uma admisão de culpabilidade por parte dos povos devedores a serem perdoados, já que as camadas populares que padecem as conseqüências nefastas das dívidas, via de regra não foram os responsáveis por contrai-las, mas são suas vítimas.

4. Contudo, assim como o Jubileu no Antigo Testamento, ao prever o restabelecimento de condições de justiça, também pressupunha a manutenção da justiça restabelecida, é essencial que toda e qualquer medida de cancelamento da dívida venha acompanhada de medidas tendentes a propiciar a manutenção das condições para o desenvolvimento na sociedade em igualdade e justiça. Assim, vincular o cancelamento da dívida externa ao resgate das dívidas sociais e ecológicas é um desdobramento lógico da concepção do Jubileu.

De outra parte, é igualmente fundamental comprometer os governos de países endividados e os governos de países credores, as agências multilaterais, bem como os investidores privados, com um código eficaz (de preferência com valor jurídico internacio-

tou o endividamento externo brasileiro como “problema estrutural recorrente” na história do Brasil. Um dos negociadores da dívida externa na gestão do ministro da Fazenda Dilson Funaro, ele afirmou que nos anos de 1980 o País entrou em um novo ciclo de endividamento externo, complementado na década seguinte com o processo de abertura do mercado, sem que os efeitos da política anterior tivessem sido equacionados.

Segundo ele, nesta década ocorreram duas ameaças de ruptura desse ciclo, com a crise do México e no leste da Ásia. “Não houve propriamente um *crash* global, mas os mercados emergentes sofreram, e ainda sofrem, os efeitos dessas ameaças de ruptura”, afirmou o economista. Entre as preocupações com o crescente endividamento do País, Paulo Nogueira citou a combinação de juros baixos

com alta liquidez, o deslocamento de vários tipos de capitais para a periferia dos sistemas e o aumento no volume de obrigações brasileiras em termos de endividamento. Apenas o serviço da dívida externa brasileira passou de US\$ 17 bilhões, em 1992, para US\$ 35 bilhões em 1997, e o estoque geral de endividamento alcançou a ordem de US\$ 193 bilhões no ano passado.

Nogueira Batista Jr. alertou para “o perigoso sentimento de complacência” diante do quadro do grande endividamento do País e “para a tendência das elites de transferirem para o povo o pagamento da conta, na hora do aperto”. Para o economista, o Brasil “nunca registrou uma perda de soberania tão grande quanto agora, em termos de uma integração subordinada, que

Prof. Paulo Nogueira Batista Jr (FGV), D. Demétrio Valentini (CNBB), D. Jaime Chemello (presidente da CNBB)



nal) que coloque os instrumentos econômicos a serviço do ser humano, em particular dos empobrecidos.

5. Do ponto de vista ético observa-se na atualidade um inaceitável e gritante paradoxo: há, de um lado, no mundo de hoje recursos financeiros, tecnológicos e de produção inimagináveis em épocas precedentes, desmascarando como uma falácia a tese muitas vezes repetida de que o objetivo de uma ordem social justa e igualitária, em nível mundial, seria uma utopia impossível de ser alcançada. É eticamente inaceitável que justamente quando se têm à disposição esses recursos sem precedentes, se observe simultaneamente uma exacerbação das desigualdades não apenas naqueles países tradicionalmente desiguais, mas também naqueles que já haviam atingido um relativo grau de desenvolvimento social.

É eticamente inaceitável, igualmente, que altos dirigentes do setor econômico-financeiro dos governos transitem intermitentemente para as instituições privadas, nacionais e internacionais, tornando-as possuidoras de informações privilegiadas que lhes

permitem ganhos excepcionais, prejudiciais ao interesse público.

6. O ano jubilar de 2000 tem um poder mobilizador, que a comunidade cristã pode e deve usar para fazer ouvir sua voz em face da questão crucial da dívida externa e do modelo econômico dominante. Ele é, antes de tudo, a proclamação do direito dos países a uma vida em dignidade, justiça e comunhão.

#### ALTERNATIVAS E COMPROMISSOS

O ponto de referência para repensar a dívida e o endividamento externo de nosso país e dos demais países subdesenvolvidos é a urgente necessidade de resgate das dívidas sociais e ecológicas. São imprescindíveis, por isso, a formulação e a adoção de um projeto de desenvolvimento cuja prioridade seja o atendimento dos direitos sociais de toda a população.

Para que seja implementado esse novo projeto de desenvolvimento é necessária uma mudança cultural e política por parte dos grupos sociais empobrecidos e excluídos, para que façam valer seus direitos e seu poder. É importante que esses setores to-

mem consciência de que, na realidade, são os credores das dívidas sociais que lhes são impostas durante anos. É indispensável que haja uma ruptura da dependência em relação aos capitais estrangeiros, das estruturas de dominação e com tudo o que significa de destruição da economia e soberania nacionais e da dignidade de vida da grande maioria da população.

Nesse novo projeto de desenvolvimento não se admite gastar o que se paga hoje com a dívida interna e externa pública e com o ônus da dívida externa privada. Não se pode alicerçar o desenvolvimento nacional na dependência do capital estrangeiro.

Em relação ao endividamento dos países subdesenvolvidos, o simpósio sugere as seguintes linhas de ação:

1. Apoiar mobilizações sociais nacionais e internacionais que objetivam implementar políticas de redução ou de cancelamento total do pagamento das dívidas externas insuportáveis ou ilegítimas, deixando claras as responsabilidades das nossas elites políticas na adesão às estratégias de dependência e na subserviência às diretrizes

também afeta a Argentina e o México". Ele defendeu uma mudança na política econômica brasileira de forma a torná-la menos dependente do capital externo e voltada para o desenvolvimento sustentável, com a preservação da autonomia nacional.

#### **SUGESTÕES E DESDOBRAMENTOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A DÍVIDA**

A avaliação dos resultados do Simpósio sobre a Dívida Externa, feita pelo grupo de trabalho encarregado da organização, foi positiva. Participaram da reunião representantes do Conic, Cese, Cimi, Cáritas Brasileira e Setor Pastoral Social da CNBB. Segundo os organizadores, o tema provocou interesse além do âmbito habitual das igrejas e pastorais e recebeu boa cobertura da imprensa. O simpósio serviu para atualizar a discussão de um tema que nas últimas décadas vem preocupan-

### **É demasiado fácil para os países ricos doadores apontar o dedo contra as evidentes falhas nas estruturas dos países pobres e fechar os olhos sobre os erros dos países ricos doadores e sobre suas responsabilidades na situação atual**

do a todos. Foi ressaltada a importância dos enfoques levantados pelos conferencistas, com destaque à participação de Paulo Nogueira Batista Jr.

Na avaliação das sugestões e desdobramentos, foi ressaltado que já está sendo preparada uma cartilha, o "ABC da Dívida", que atende parte das sugestões para tornar mais acessíveis as informações sobre um assunto complexo.

O grupo de trabalho discutiu as iniciativas para divulgar a Campanha Internacional Jubileu 2000. As folhas de abaixo-assinado foram amplamente distribuídas durante o Momento Nacional, acompanhadas de uma explicação sobre a campanha.

Para levar as informações sobre a dívida a crianças e jovens, o Setor Pastoral Social vai procurar fazer contatos para discutir uma forma de motivar a discussão por meio de brincadeiras e jogos infantis. Mesmo reconhecendo as dificuldades para implementar parte das sugestões, algumas delas onerosas, o grupo de trabalho estimulou as pessoas envolvidas no contato com cartunistas, edição de livros e programas de rádio, a levarem adiante os desafios.

(Extraído e adaptado do *Boletim 3ª Semana Social Brasileira*, nº 10, setembro de 1998)

e orientações emanadas dos organismos multilaterais.

2. Proporcionar debates e fornecer informações em linguagem acessível sobre a situação atual dos diversos aspectos da dívida externa, suas relações com as dívidas sociais e ecológicas e suas conseqüências para a vida de toda a população.
3. Garantir que os países aplicarão os recursos que seriam gastos na amortização e serviços da dívida na implementação de políticas sociais, com plena participação da sociedade.
4. Contestar a proposta de desregulação liberalizante representada pelo Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), reforçando a soberania de cada nação para definir os critérios de entrada, uso e saída de capitais.
5. Apoiar iniciativas de criação de mecanismos internacionais para definir limites de endividamento e reconhecer situações de insolvência de Estados nacionais.
6. Na relação solidária com países muito empobrecidos, apoiar iniciativas nacionais e participar de articulações internacionais em favor do perdão total e imediato das suas dívidas

externas. Acompanhar com atenção as posições do governo brasileiro, nas instâncias internacionais, a respeito das dívidas dos países dos quais é credor.

Em relação ao Brasil, além das já referidas, propõe-se como linhas especiais de ação:

1. Uma ampla auditoria, com participação de organismos da sociedade civil, do processo de endividamento externo brasileiro que garanta transparência e informação para todos os cidadãos.
2. O cancelamento da dívida identificada como ilegítima e injusta.
3. O estabelecimento, por parte do Congresso Nacional, de um limite orçamentário de gastos com o pagamento de serviços e amortizações de dívidas, compatível com a prioridade do resgate das dívidas sociais e ecológicas.
4. Incentivo e fortalecimento de mecanismos constitucionais de participação da sociedade civil no controle da política econômica e dos atos governamentais em relação ao processo de endividamento nos níveis federal, estadual e municipal.

5. Interrupção da atual política econômico-financeira de atração de capitais externos, que tem como conseqüência a brutal elevação do passivo externo brasileiro, de modo especial com a privatização da infra-estrutura de serviços públicos.

6. Apoiar esforços para a criação de um tribunal de julgamento de toda a questão da dívida externa e que as igrejas se empenhem na concretização desse objetivo.

Por fim, comprometemo-nos, coletiva e individualmente, como cristãos e cidadãos, a engajar-nos, de forma efetiva, nas tarefas que nos cabem para evitar que o pagamento de dívidas implique na falência das economias e da soberania nacional, impedindo que os governos imponham aos seus povos privações incompatíveis com a dignidade da pessoa.

Nessa perspectiva, empenhamo-nos a participar, como igrejas e movimento ecumênico, na Campanha Internacional do Jubileu 2000, em todas as suas dimensões.

Brasília, 23/7/1998

# TEMPO DE COMEÇAR DE NOVO: A CAMPANHA JUBILEU 2000

UMA INICIATIVA ECUMÊNICA DE RESPONSABILIDADE E SOLIDARIEDADE

Magali do Nascimento Cunha

**Ao aproximar-se o final do milênio, cresce a adesão – entre organizações da sociedade civil, igrejas e outras entidades do mundo inteiro – à campanha Jubileu 2000. A intenção é pôr fim à crueldade imposta aos povos pelo endividamento externo dos países**

**H**á centenas de anos o povo judeu construiu a memória de um dos sonhos de Deus para a humanidade que poderia tornar-se uma realidade concreta: perdoar dívidas, devolver propriedades adquiridas em nome da carência de outrem, libertar escravos, cuidar da terra. Esse ato — o Ano do

Jubileu, a cada ano quinquagésimo — representaria o tempo de um novo começo, o tempo de renovação e reconciliação. “Contarás sete semanas de anos, sete vezes sete anos, de maneira que os dias das sete semanas de anos te serão quarenta e nove anos. Então (...) tocarás a trombeta (...) proclamareis liberdade na terra (...) ano de jubileu vos será...” (Trechos do livro de Levítico 25.8-10).

No entanto, a natureza humana convoca os homens e mulheres a fazerem o oposto: estabelecer dívidas, submeter pessoas, tomar propriedades de outrem, escravizar, destruir a terra. De acordo com a memória do sonho de Deus, Jesus Cristo assumiu a missão de restaurar o Ano do Jubileu, que já estava esquecido (Lucas 4.17-19). A Igreja, seguidora dos ideais de Cristo, seria a continuadora dessa missão.

## SOLIDARIEDADE ATIVA

A idéia de recuperar o espírito do Ano do Jubileu para pôr fim à crueldade imposta pelo endividamento externo já vinha sendo semeada há algum tempo por igrejas e grupos ecumênicos de diversas partes do mundo à medida que viam a aproximação do final do milênio.

O mês de agosto de 1988 foi marcado pela realização de três eventos distintos que afirmavam a responsabilidade das igrejas para com o tema. O primeiro, do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (na época celebrando 40 anos de existência), que se reuniu pela primeira vez na América Latina (Buenos Aires), registrou em documento a inviabilidade do pagamento da dívida e mencionou a memória bíblica do Jubileu e a possibilidade de anulação das dívidas.

O segundo, o “Encontro sobre a



Niildão

Dívida Externa da América Latina e Caribe”, convocado pelo presidente cubano Fidel Castro, reuniu em Havana 1.200 personalidades latino-americanas e caribenhas de diversos setores — autoridades políticas e religiosas e intelectuais. No encontro declarou-se: “A dívida é absolutamente impossível de ser paga, tanto do ponto de vista econômico, financeiro, como do ponto de vista moral”.

O terceiro foi o “Fórum ecumênico sobre o sistema monetário e a responsabilidade das igrejas”, patrocinado por mais de vinte organizações e grupos da Alemanha, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Federação Luterana Mundial, com representantes das instituições do acordo de Bretton Woods, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A declaração final desse evento destacou: “Os cristãos nos países poderosos são desafiados a entrar numa solidariedade ativa com os movimentos do povo e a ficar do seu lado na luta pelos direitos humanos”. E ainda: “As igrejas e os cristãos têm um papel a cumprir na solução dos problemas causados pelo atual sistema monetário internacional. Sua distorção maior, a dívida externa, impede o desenvolvimento dos países devedores e joga os povos numa situação crescente de miséria e empobrecimento. As soluções devem ser urgentes e passam pelo engajamento dos cristãos na luta por uma nova ordem econômica internacional”.

No ano seguinte (março de 1989), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), com assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), realizaram no Rio de Janeiro a Consulta Nacional “Dívida Externa e Igrejas”, já como resultado do seminário realizado em São Paulo em março de 1988 sobre o mesmo tema. Participaram as igrejas cristãs integrantes do Conic, observadores de outras igrejas e de outros países do Norte e três dos virtuais candidatos à primeira eleição

direta para a presidência da República pós-ditadura militar — Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Mário Covas. No documento final, as igrejas afirmaram que são “responsáveis pelos destinos da nação brasileira” e que “a presente dívida externa não deve ser paga porque já o foi, e porque a continuidade do seu pagamento somente agravará mais ainda a espoliação do já sofrido povo de nossa pátria”.

#### A CAMPANHA JUBILEU 2000

Foi em 1990 que a idéia de uma campanha pelo ano 2000 como Ano do Jubileu ganhou visibilidade. Naquele ano todos os Conselhos de Igrejas da África conclamaram um ano para cancelar as dívidas africanas. Em setembro de 1994, o bispo anglicano sul-africano Desmond Tutu declarava: “Ao proclamarmos o ano 2000 como nosso Ano Jubileu e ao lutarmos para cumprir o imperativo bíblico, estaremos enviando uma mensagem poderosa àqueles que sofrem com a opressão da dívida”. Naquele mesmo ano a idéia da campanha chegou à Europa, particularmente à Grã Bretanha, e foi oficialmente deflagrada naqueles países em abril de 1996 pelas três maiores agências cristãs de ajuda (Christian Aid, Cafod e Oxfam) e pelo Movimento Mundial de Desenvolvimento, recebendo o apoio de oitenta organizações da sociedade civil britânica e até do importante jornal inglês *The Guardian*, que passou a dedicar espaço para publicação de matérias sobre o tema. Rapidamente a campanha atingiu outros países da Europa.

Ao mesmo tempo a cúpula da Igreja Católica Romana estabeleceu um processo de estudos de três anos (1997–1999) para paróquias, e o papa João Paulo II endossou ações pelo cancelamento da dívida de países pobres. João Paulo II declarou: “Um compromisso com a justiça e a paz em um mundo como o nosso marcado por tantos conflitos, desigualdades sociais e econômicas intoleráveis

é condição necessária para a preparação e celebração do Jubileu. (...) As riquezas da criação eram para ser consideradas como bens comuns (...). O Ano Jubileu significava a restauração dessa justiça social. A doutrina social da Igreja, que sempre foi parte do ensinamento da Igreja, grandemente desenvolvida no século passado, (...) está enraizada na tradição do Ano Jubileu (...) Assim o ano 2000 será celebrado como o Grande Jubileu”. O papa chegou a declarar que a dívida externa é “a sombra da morte”.

Em 1997 foi criada a Coalizão Jubileu 2000 com objetivo de estender a campanha a outros países e cons-



#### PAÍSES QUE POSSUEM COMITÊS DA CAMPANHA JUBILEU 2000

África do Sul	Hong Kong
Alemanha	Índia
Angola	Inglaterra
Argentina	Irlanda
Austrália	Irlanda do Norte
Áustria	Itália
Bélgica	Japão
Bolívia	Kênia
Burkina Faso	Mali
Camarões	Moçambique
Costa do Marfim	Nicarágua
Canadá	Nigéria
Dinamarca	Noruega
Escócia	Nova Zelândia
Equador	País de Gales
Espanha	Peru
Estados Unidos	Polónia
Etiópia	Portugal
Finlândia	Ruanda
França	Suécia
Gana	Tanzânia
Guiana	Uganda
Haiti	Zâmbia
Holanda	Zimbábue
Honduras	

Fonte: Home page da Coalizão Jubileu 2000.

truir um movimento internacional Jubileu 2000. No mesmo ano a campanha chegou aos Estados Unidos, alcançando em seguida o Canadá. O Jubileu 2000 é atualmente um movimento presente em 49 países e tem recebido a adesão de um número cada vez maior de organizações não-cristãs como a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (que representa 124 milhões de trabalhadores), grupos de mulheres, de negros, lideranças hindus e muçulmanas. A campanha prega o início do novo milênio para um bilhão de pessoas livres de dívidas: o cancelamento das dívidas impagáveis para os países mais pobres do mundo (ver box com lista desses países) no ano 2000 sob um processo justo e transparente.

Ao referir-se a “dívidas impagáveis” o Jubileu 2000 quer dizer que a dívida nunca será economicamente paga ou será paga somente a custos inaceitáveis, como o sacrifício de recursos para saúde, educação e sanea-

mento. Para a campanha, essa será uma oportunidade sem precedentes para se celebrar o milênio de forma significativa: cancelando-se as dívidas e possibilitando um novo começo para o mundo pobre. Jubileu 2000 também prega a co-responsabilidade de credores e devedores para a crise da dívida. A remissão das dívidas deve ser trabalhada sob um processo justo e transparente que assegure total participação de devedores nas negociações.

Uma das ações mais importantes

**“Um compromisso com a justiça e a paz em um mundo como o nosso marcado por tantos conflitos, desigualdades sociais e econômicas intoleráveis é condição necessária para a preparação e celebração do Jubileu”**

previstas pela campanha é coletar assinaturas em todo o mundo para um abaixo-assinado requerendo uma ação urgente por parte dos países ricos. O plano é realizar o maior abaixo-assinado de toda a história com 22 milhões de assinaturas. Um total de 1,5 milhão de assinaturas já foi entregue na reunião do G-7 (cúpula dos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Itália e Japão) realizada em Birmingham (Inglaterra) em maio do ano passado, quando 70 mil participantes da campanha formaram uma corrente humana no centro daquela cidade, merecendo ampla cobertura pela imprensa britânica.

#### **APOIOS CRISTÃOS IMPORTANTES**

A Campanha Jubileu 2000 conseguiu três declarações de apoio importantes no meio cristão: do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos (NCCCUSA), da Federação Luterana Mundial (WLF) e do Conselho Mun-

## **O “JUBILEU” DOS CREDORES**

Durante os encontros anuais realizados em 1996, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovaram a Iniciativa País Pobre Altamente Endividado (*Highly Indebted Poor Country — HIPC*) para permitir que países pobres altamente endividados alcançassem níveis sustentáveis da dívida num período de seis anos. O FMI espera que a Iniciativa encoraje investimentos nas economias assoladas e promova apoio doméstico por meio de programas de ajuste estrutural.

Todos os credores estão envolvidos na Iniciativa, inclusive os bilaterais, principalmente os países do G-7, e credores multilaterais, incluindo Banco Mundial, FMI e bancos de desenvolvimento regionais. Trata-se da primeira iniciativa dessa natureza a incluir credores multilaterais.

Durante o período de seis anos, o país concorda em implementar um programa de ajuste estrutural apoiado

do pelo Banco Mundial/FMI. Ao final dos três primeiros anos, denominados “ponto de decisão”, os credores analisam o problema da dívida do país e determinam se ele pode ser definido sem mais assistência ou, se não, quanto de amortização da dívida é necessária para se alcançar um nível sustentável de dívida por volta do “ponto de conclusão” em mais três anos.

Um nível sustentável de dívida é definido pela Iniciativa como aquele em que um país é capaz de cumprir obrigações atuais e futuras de pagamento da dívida sem comprometer o crescimento econômico e sem reescalonar ou desenvolver dívidas. Alvos de sustentabilidade para o endividamento são estabelecidos na marca de 200-250% das exportações anuais e para pagamento da dívida em 20-25% das exportações anuais. Países são classificados como tendo dívidas “insustentáveis” somente se es-

sas taxas excederem 250% e 25% depois de dez anos. Aqueles com taxas de pagamento da dívida abaixo dessas categorias são classificados como “possivelmente desgastados”. A Iniciativa não faz referência à sustentabilidade em termos dos efeitos sobre a população em geral.

Usando esse critério restrito, levantamentos preliminares do Banco Mundial identificam apenas oito dos 41 HIPC como tendo “dívidas insustentáveis”: Burundi, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, São Tomé e Príncipe, Sudão, Congo e Zâmbia. Os “possivelmente desgastados” seriam outros doze, enquanto 18 são classificados como tendo dívidas “sustentáveis”. Três outros (Libéria, Nigéria e Somália) não fizeram parte do estudo.

(Extraído de matérias do Boletim “Moçambique” da Inter-Church Coalition on Africa do Canadá. Tradução: Magali do Nascimento Cunha)

dial de Igrejas (CMI). O NCCCUSA reuniu-se em assembléia geral em novembro passado, na cidade de Chicago, e aprovou por unanimidade o apoio à campanha e a deliberação que pede o perdão da “insustentável dívida internacional dos países muito endividados”. A deliberação sobre a dívida externa do conselho norte-americano exorta o governo dos Estados Unidos a apoiar e promover o cancelamento da dívida dos países pobres, a fim de restaurar a justiça econômica e ambiental para o povo dessas nações, que é quem mais sofre o endividamento dos seus países. A deliberação pede ainda que as igrejas-membros se unam aos milhões de pessoas no mundo que apóiam os povos pobres que não conseguem alcançar as necessidades básicas.

O Conselho da Federação Luterana Mundial (WLF), reunido em Genebra em junho passado, recomendou enfaticamente à secretaria-geral e às suas 124 igrejas-membros que incentivem e apóiem o engajamento na Campanha Jubileu 2000. A introdução da deliberação do Conselho afirma: “A WLF reconhece a persistência e o avanço da crise internacional da dívida e que o terrível sofrimento humano é uma consequência em muitos países seriamente endividados. A forma de contração dessas dívidas, na qual a crise se desenvolveu, indica uma forte responsabilidade da parte dos países mais ricos e do sistema financeiro internacional, bem como da parte de certos regimes não-democráticos e despóticos de alguns países mais pobres, enquanto que aqueles que mais sofrem as consequências da dívida insustentável, os pobres, são vítimas inocentes”. A deliberação solicita à WLF e às igrejas-membros para enfatizarem especialmente “formas para as quais os recursos liberados pelo cancelamento da dívida possam ser canalizados diretamente com vistas ao alívio do sofrimento dos pobres nos países em questão”.

O CMI realizou em abril passado uma consulta sobre a Celebração do



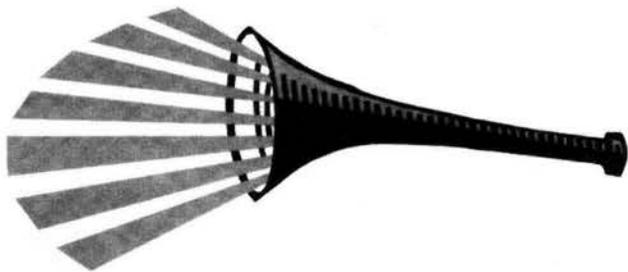
**Uma das ações mais importantes previstas pela campanha é realizar o maior abaixo-assinado de toda a história, com 22 milhões de assinaturas, requerendo uma ação urgente por parte dos países ricos**

Jubileu e Cancelamento da Dívida, na cidade de Málaga (Espanha), reunindo trinta representantes de 24 países. O encontro serviu para trabalhar o conteúdo com vistas a uma declaração sobre o assunto que seria levada à 8ª Assembléia do CMI (realizada em Harare/Zimbabwe, em dezembro passado) e elaborar um plano de ação ecumênico para os próximos três anos, como parte da celebração do CMI pelo ano 2000: “O Ano Jubileu

para o Cancelamento da Dívida”. Foram apresentados vários painéis que serviram de subsídio para a compreensão da questão da dívida e sugestões para a declaração e estratégias de ação. Outros painéis ofereceram informes sobre vários processos e iniciativas nacionais como: a Terceira Semana Social Brasileira, O Processo Confessionista e de Cancelamento da Dívida (da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas), a Posição da Igreja Católica Romana, o Processo Anglicano de Lambeth, o Processo do Jubileu Canadense, a Coalizão Jubileu 2000 e o Processo Africano (ver artigos sobre a consulta de Málaga, sobre a 8ª Assembléia e a declaração sobre dívida externa nesta edição).

#### **PASSOS ALÉM**

Igrejas e outras organizações do Canadá aderiram ao movimento Jubileu 2000; no entanto, a iniciativa naquele país tem uma peculiaridade: vai além da campanha pelo cancelamento das



## A PROPOSTA DA CAMPANHA JUBILEU 2000

O Banco Mundial classifica como Países de Baixa Renda aqueles cujo Produto Interno Bruto (PIB) de 1995 por pessoa foi menos de US\$ 765, enquanto os que tiveram PIB *per capita* entre US\$ 765 e US\$ 9,386 são considerados Países de Renda Média.

O termo "severamente endividado" é usado pelo Banco Mundial para referir-se a países para quem o atual valor da dívida externa exceda 80% do PIB ou 220% das exportações de bens e serviços durante os anos de 1993-1995. O número de Países de Baixa Renda Severamente Endividados (*Severely Indebted Low Income Countries* — SILIC) pelo Banco Mundial em 1994-1995 foi 32, e uma nova lista em 1996 ampliou para 38.

Em 1996 o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional introduziram uma nova categoria denominada Países Pobres Altamente Endividados (*Highly Indebted Poor Countries* — HIPC). Esse grupo de 41 países inclui várias nações que não estão designadas como SILICs. No entanto, a classificação ainda exclui países tão pobres como Haiti e Bangladesh da habilitação para amortização da dívida.

Na lista de 1996 os designados como HIPCs pelo Banco Mundial eram Angola, Benin, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, República dos Camarões, República Central da África, Chade, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Kênia, Laos, Libéria, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Miamar, Nicarágua, Niger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália,

Sudão, Tanzânia, Tonga, Uganda, Vietnã, Yemem, Zaire e Zâmbia.

A Campanha Jubileu 2000 propõe que países com renda *per capita* abaixo de US\$ 2,000 (na paridade do poder de compra como definido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) sejam habilitados para a remissão da dívida e sujeitos a outros critérios. Diferentemente do Banco Mundial, em primeiro lugar a Campanha Jubileu 2000 desconta o custo de importações essenciais de alimentos e combustível do cálculo dos rendimentos de exportações disponíveis para o pagamento da dívida. Em segundo, estabelece bases de habilitação menores do que as do Banco Mundial. E em terceiro, considera a relação entre os custos com o pagamento da dívida e a capacidade dos governos pagarem, o que o Banco Mundial ignora.

Para a Campanha Jubileu 2000 os países são habilitados se cumprem dois dos seguintes critérios: a) o atual valor total da dívida externa deve ser maior do que 50% do PIB; b) o atual valor total da dívida deve exceder 200% das exportações (líquido das importações de alimentos e combustível); c) o líquido da dívida pública ou publicamente garantida deve exceder 200% do total dos rendimentos do governo.

Dessa forma, a Campanha Jubileu 2000 inclui dez países na lista de 1996 que não estariam habilitados para amortização da dívida de acordo com a iniciativa HIPC do Banco Mundial: Bangladesh, Gâmbia, Haiti, Jamaica, Malawi, Marrocos, Peru, Filipinas, Senegal e Zimbábue.

Fonte: *Economic Justice Report*, dezembro de 1997. Tradução: Magali do Nascimento Cunha.

dívidas dos países mais pobres. Ela foi denominada: "Um novo começo. Um chamado ao Jubileu", e de acordo com as lideranças, na tradição bíblica, dívidas devem ser canceladas completamente e as pessoas libertas dos grilhões das dívidas devem ter terra e provisões suficientes para começar uma nova vida. O documento produzido indica que o livro bíblico do Deuteronômio diz que escravos libertos não devem sair de mãos vazias mas receber "uma generosa provisão do seu rebanho, do seu campo e da sua vinha" (Deuteronômio 15.14). Indica também que o texto vai além ao incluir a redistribuição de terra que representa tanto a riqueza como os meios de subsistência.

Com base nessas reflexões, a campanha Jubileu 2000 no Canadá, que reúne cerca de trinta igrejas, organizações ecumênicas e grupos similares, terá a duração de três anos (setembro de 1998 a setembro de 2001) e trabalhará três temas-chave para cada ano, que são ênfases para reivindicações e denúncias:

- 1998-1999 — Libertar das cadeias: é a adesão dos canadenses à campanha mundial, com ênfase no livro de Deuteronômio 15 que clama por um jubileu, com uma completa remissão (cancelamento) de dívidas.
- 1999-2000 — Redistribuição de riqueza: os canadenses interpretam que o Jubileu vai um passo além que os ordinários anos sabáticos; ele significava o retorno da terra aos seus proprietários originais. Em sociedades onde a terra era a base da produção econômica, isso representava uma ra-

**A deliberação sobre a dívida externa do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos exorta o governo norte-americano a apoiar e promover o cancelamento da dívida dos países pobres**

dical redistribuição de riqueza. Hoje, essa redistribuição requer a diminuição da distância entre ricos e pobres. Em nível mais profundo seria um chamado a reavaliar e redefinir a própria vivência humana e assegurar que a contribuição de cada um à sociedade seja reconhecida.

• 2000-2001 — Renovação da Terra: Na interpretação canadense, o Jubileu também proclama um tempo para a terra descansar de todo o cultivo. Jubileu é um tempo quando todas as criaturas podem partilhar os frutos dos campos. Hoje, o mundo vive uma crise ecológica que seria difícil de imaginar em tempos bíblicos. “Renovar a terra” significa mudar radicalmente o jeito de viver nas sociedades mais ricas e permitir que as florestas e oceanos possam ter seu período de descanso. É a necessidade de uma mudança no relacionamento humano com a comunidade maior da Terra: a Terra não pertence à humanidade, mas a humanidade pertence à terra.

#### A CAMPANHA NO BRASIL

A campanha internacional já conseguiu alguns resultados, como um



“Ele já deve 120 libras” – divulgação da campanha

## QUANTO CUSTA O SERVIÇO (PREÇO) DA DÍVIDA

Moçambique é o país mais pobre do mundo. Ele paga 107 milhões de dólares a cada ano de serviços de sua dívida externa — o que equivale a 6,60 dólares por cada homem, mulher e criança moçambicanos. Em contraste, o governo gasta apenas 2 dólares por pessoa a cada ano em saúde e 4 dólares em educação.

De acordo com a Iniciativa País Pobre Altamente Endividado (*Highly Indebted Poor Country - HIPC*) a comunidade internacional concordou em cancelar algumas dívidas do país. Entretanto não é o suficiente, pois apenas os débitos que nunca

conseguiriam ser pagos serão cancelados.

Pessoas morrem todos os dias porque o dinheiro é desviado da saúde para o pagamento de serviços da dívida. De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, se Moçambique utilizasse apenas a metade destes pagamentos para investimentos em saúde e educação salvaria a vida de 6.000 mulheres que morrem de parto anualmente e 11.500 crianças que morrem antes de completar 3 anos de idade.

Fonte: *European Parliamentarians for Africa (AWEPA) Quartely Bulletin, Vol.2, 1998, n.2.*

acordo com o FMI e o Banco Mundial para que a Iniciativa HIPC seja revista este ano, bem como o congelamento por três anos da dívida de Nicarágua e Honduras, que sofreram destruição com a passagem de um furacão ano passado.

Apesar de o Brasil não integrar a lista dos 41 países mais endividados e que são alvo da Campanha Jubileu 2000, os eventos nacionais realizados no decorrer do processo da 3ª Semana Social Brasileira (Simpósio Dívida Externa e Momento Nacional, com cobertura completa nesta edição de TEMPO E PRESENÇA) indicaram a adesão à Campanha Jubileu 2000 como um compromisso de solidariedade e sinal de construção de uma nova ordem internacional. A Cese é a organização que está centralizando a recepção dos abaixo-assinados (ver encarte nesta edição). O texto é o mesmo que está sendo veiculado em todo o mundo.

Em março próximo a Cese promoverá um evento nacional para divulgar o resultado da coleta de assinaturas, em parceria com o Conic, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e pastorais e organismos

a ela vinculados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central dos Movimentos Populares (CMP).

**Magali do Nascimento Cunha**, jornalista e mestre em Memória Social e Documento.

ENDEREÇOS PARA QUEM QUISER  
OBTER MAIORES INFORMAÇÕES  
OU SOLICITAR MATERIAIS SOBRE  
A CAMPANHA JUBILEU 2000

CESE  
Rua da Graça, 164, Graça  
40080-410 Salvador BA  
E-mail: cese@bahianet.com.br ou  
cese@cese.org.br

Jubileu 2000 América Latina  
Apd Postal # 2239  
Tegucigalpa, Honduras  
E-mail: asonog@sdnhon.org.hn

The Canadian Ecumenical  
Jubilee Initiative  
PO Box 772  
Toronto, ON Canadá  
M4Y 2N6  
E-mail: www.jubilee@devp.org  
Home-page: www.web.net/~jubilee

Jubileu 2000 Coalition  
PO Box 100  
London, Inglaterra  
SE1 7RT  
Tel. 0171 401 9999  
Fax 0171 401 3999  
E-mail: j2000c@gn.apc.org  
www.oneworld.org/jubilee2000

# DÍVIDA EXTERNA – PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO ECUMÊNICO

## “UM APELO PARA PÔR FIM AO JUGO DA DÍVIDA QUE OPRIME OS POVOS EMPOBRECIDOS”

### A DÍVIDA E O JUBILEU NO NOVO MILÊNIO

Às vésperas do terceiro milênio, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) celebrou o jubileu cinquentenário (Harare, Zimbábue, dezembro de 1998) e convidou as Igrejas-membros a revisitarem a doutrina do jubileu bíblico reafirmado pelo Cristo.

Reunidos na África subsahariana, temos ouvido o clamor de milhões de pessoas que suportam os custos sociais, políticos e ecológicos do tenaz círculo vicioso da dívida. Estamos chamados a buscar por meio de um processo de discernimento e resposta, novos meios de romper com esse jugo, remediar suas conseqüências e velar para que as crises decorrentes da dívida não se repitam. Isto só pode ser alcançado mediante uma nova e justa ordem mundial.

O CMI está firmemente empenhado em unir-se às pessoas de fé e às comunidades de consciência no cumprimento do mandato do sabá-Jubileu, fazendo ressoar a trombeta e alegrando-se na esperança do jubileu quando a dívida deverá ser cancelada. Propomos esta declaração de política a todos os membros da comunidade ecumênica para que reflitam a respeito, recomendamos às nossas igrejas um programa de ação, e nos comprometemos a conseguir o cancelamento da dívida.

Desde a década de 1970, o CMI, suas respectivas Igrejas-membros e seus associados ecumênicos atribuem elevada prioridade à solução da crise da dívida. Em diversas ocasiões, o CMI tem manifestado sua solidariedade com as vítimas do endividamento. Em cumprimento a uma decisão do

Comitê Central, a consulta sobre a dívida celebrada em Los Rubios (1998), na qual participaram representantes de vinte e quatro países e de diferentes confissões cristãs, foi posto em marcha um processo destinado a rever a presente declaração de política e plano de ação sobre a dívida. Não obstante, a esperança das igrejas de conseguir o cancelamento da dívida e a redução dos níveis de fome nos países empobrecidos não foi alcançada.

### A VISÃO DO SABÁ-JUBILEU — UM CHAMAMENTO JUBILAR EM FAVOR DA VIDA PARA TODOS

Pela tradição (sabá-Jubileu), as escrituras hebraicas e cristãs exibem disposições de capital importância para a superação periódica da injustiça e da pobreza estruturais, bem como para que se estabeleçam relações justas. Nas primitivas tradições do sabá hebraico, o consumo e a exploração da terra estavam limitados pelo sábado e pelo ano sabático. As pessoas e os animais deveriam repousar a cada sete dias e a terra a cada sete anos (Êxodo 23.10-12). Durante o ano sabático se deviam cancelar as dívidas e libertar os escravos, e durante o ano jubileu — no quadragésimo nono ano (7 x 7) — deviam ser restituídas todas as propriedades familiares (Levítico 20). Estes mandamentos se traduzem no “ano da boa vontade de Javé” (Isaías 61.1-2 a) e são descritos por Isaías (65.17-25) como “novos céus e nova terra”. Em outras palavras, a justiça conduz a paz a toda a criação de Deus. No Novo Testamento, Jesus amplia a visão do jubileu proclamando a boa-nova aos pobres, a liberdade

aos presos, a devolução da vista aos cegos e a libertação dos oprimidos. Ensinou aos seus discípulos a orar pelo perdão das dívidas (“como nós perdoamos aos nossos devedores”). O Pentecostes se caracterizou pela redistribuição das posses para que “não houvesse entre eles nenhum necessitado” (Atos 4.34; cf. Deuteronômio 15.4).

O mandamento do ano sabático é tão pertinente hoje como foi há milhares de anos atrás. A submissão dos países mais pobres aos governos e aos credores ocidentais em razão da dívida é a nova forma atual de escravidão. A acelerada concentração de riqueza nas mãos de poucos países ricos e a devastadora queda do nível de vida nos países mais pobres exigem a adoção de medidas corretivas em consonância com os ciclos do sábado e do jubileu. A crise da dívida comporta custos sociais, políticos e ecológicos que já não podem mais ser tolerados e devem ser suprimidos. Somente quando for cumprido o mandamento do sábado-jubileu, poderemos “voltar a Deus” e “alegrar-nos na esperança”.

### A OITAVA ASSEMBLÉIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS AFIRMA :

• *Urge cancelar a dívida dos países empobrecidos e encarar o devastador ciclo da acumulação da dívida.*

A atual economia globalizada favorece a acumulação de riqueza nas mãos de poucos mediante empréstimos e especulação. Este processo é impulsionado pelos dirigentes do G-7 por meio das disposições de Breton Woods, que têm estimulado os países devedores a solicitar empréstimos nos mercados financeiros internacionais,

facilitados pela desregulação mundial dos movimentos de capital, propiciada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Como as dívidas externas só podem ser pagas em moeda forte (dólares norte-americanos ou libras esterlinas), os países endividados ficam obrigados a orientar suas economias para conseguir recursos mediante a exportação de novos empréstimos. Isto explica porque os países devedores se vêem obrigados a concentrar-se em produtos comerciais como café e cacau, em vez de alimentos básicos, e por que estão presos a intermináveis ciclos de créditos.

A dívida externa cresce de forma exponencial. As propostas atuais para a gestão da dívida, elaboradas pelos credores (Iniciativa para a redução da dívida nos países pobres muito endividados (PPME) oferecem muito pouco, demasiadamente tarde e a poucos países. Como são idealizadas pelos credores, sua finalidade é a cobrança e não o abrandamento da dívida. Ademais, os credores ocidentais, representados pelo FMI, impõem condições que têm por objetivo gerar rendas para o serviço da dívida. Os programas de ajuste estrutural impõem condições inaceitáveis aos países devedores e os despojam de preciosos recursos. A menos que os atuais planos de gestão da dívida se transformem em oportunidades de remissão dela, o devastador ciclo de acumulação da dívida repetir-se-á, condenando milhões de pessoas à penúria.

Os países mais pobres não são os únicos aprisionados pela crise da dívida. Países que arbitrariamente se definem como “países de renda média” também estão ameaçados pela crise da dívida. Tal como o mostram a crise da Ásia Sul-Oriental e do Brasil, os empréstimos irresponsáveis conduzem a ataques especulativos, altos níveis de endividamento e fuga de capitais. Quando os governos têm que respaldar suas próprias moedas contra ataques especulativos, se vêem obrigados a aumentar as taxas de juros e solicitar novos empréstimos ao FMI. Além disso, como bem ilustra o caso da Tai-

lândia, o FMI obriga os governos devedores a “nacionalizar” as perdas privadas causadas pela crise financeira, transferindo o encargo para a população, que não se beneficiou dos empréstimos. Faz-se urgente uma redução substancial da dívida desses países de renda média para que possam escapar do ciclo degradante da dívida e da deterioração econômica.

As políticas das instituições de Breton Woods, em especial a rápida liberalização das redes de capitais, são cada vez mais questionáveis. Em recentes declarações públicas, o economista-chefe do Banco Mundial, chamou a atenção sobre defeitos fundamentais nestas políticas. A par disso, assinalou o duplo nivelamento aplicado pelas instituições de Breton Woods quer se trate de economias ocidentais quer as dos países endividados.

• *As necessidades básicas e os direitos humanos fundamentais das pessoas e das comunidades e a proteção do meio ambiente devem antepor-se ao reembolso da dívida.*

Os países muito endividados, forçados pela escassez de capital a solicitar novos empréstimos, estão obrigados a adotar as políticas do FMI e a renunciar ao controle de sua soberania econômica. Pressionam-se os governos devedores para que dêem prioridade ao reembolso da dívida, mais que ao gasto destinado a satisfazer as

necessidades em matéria de saúde, saneamento, água potável, educação e outras necessidades sociais. Isto aprofunda a responsabilidade dos governos devedores para com sua população, o que por sua vez debilita as instituições democráticas locais. As negociações sobre dívidas e empréstimos sempre se realizam em segredo entre elites do Norte e elites do Sul, o que favorece a corrupção.

O desvio de recursos desde as populações empobrecidas dos países devedores até os ricos credores ocidentais é uma violação dos direitos humanos. Ainda, a impunidade com que os credores podem impor essas políticas é uma burla à justiça. As crianças e as mulheres se vêem forçados a suportar todos os custos do reembolso da dívida à custa das reduções dos programas em matéria de saúde, saneamento e água potável. Por outro lado, ao concentrar-se nas exportações, os países pobres dizimam os bosques e exportam em excesso a terra e os recursos não renováveis, agravando ainda mais os sérios problemas ambientais. Os altos níveis da dívida e da degradação conduzem inevitavelmente ao conflito e à desintegração social, em particular, à guerra. As ditaduras militares e corruptas assim como os governos do regime de *apartheid* têm contraído o tipo de dívida mais inaceitável, definido no direito internacional como dívida odiosa.



• São necessárias, com suma urgência, novas estruturas e mecanismos, que entranhem a participação e o diálogo entre credores e devedores.

Tanto os tomadores de empréstimos quanto os que emprestam devem assumir a responsabilidade da crise da dívida. É injusto que os credores dominem o processo de alívio da dívida. Precisamos de estruturas novas, independentes e transparentes, que governem as relações entre os devedores e os credores. Em especial, precisamos de um novo e justo procedimento de arbitragem para o cancelamento da dívida internacional, que assegure que as perdas e os juros se repartam igualmente.

É necessário com urgência uma vontade política coletiva para idealizar um mecanismo ético internacional de concessão e solicitação de empréstimos, que suponha a participação da sociedade civil, incluídas as igrejas, no processo de atenuação da dívida e na prevenção de futuras crises da dívida. Estes mecanismos devem encaminhar soluções que sejam éticas, impliquem responsabilidade mútua, que sejam transparentes e que satisfaçam não só às exigências de eficácia econômica, como também ao meio-ambiente. Quando o cancelamento de uma dívida e outras medidas de abrandamento derem lugar a uma liberação de fundos, deve-se permitir que as organizações civis da sociedade participem da decisão quanto ao destino que se dará a esses fundos, para que atendam a prioridades sociais.

• As igrejas podem dar uma contribuição importante e necessária à busca de soluções para pôr fim à crise da dívida, particularmente na esfera da criação de relações de associação.

As igrejas e as comunhões cristãs mundiais têm realizado um importante trabalho em prol do cancelamento da dívida. O CMI incentiva suas Igrejas-membros, as instituições relacionadas com igreja, bem como campanhas e movimentos pertinentes, como é o caso da Campanha do Jubileu

2000, que renovam seu compromisso com a solução da crise da dívida, informando e mobilizando a opinião pública para gerar uma vontade política capaz de transformar as estruturas e as relações internacionais injustas. A melhor forma de as igrejas fazê-lo é solicitar informação a seus governos sobre a política de concessão e pedido de empréstimos.

A Assembléia sinaliza às Igrejas-membros e seus associados que facilitem os fóruns que são imprescindíveis para o debate com os governos e as instituições financeiras internacionais. Deveriam instar os governos dos países mais ricos a que: (a) que aumentem o apoio aos programas bilaterais e multilaterais para o perdão da dívida, e (b) apoiem os esforços para se conseguir que as instituições financeiras internacionais sejam mais democráticas, transparentes e sensíveis às necessidades dos mais empobrecidos.

#### **QUE SOE A TROMBETA: UM APELO PARA PÔR FIM AO JUGO DA DÍVIDA QUE OPRIME OS POVOS EMPOBRECIDOS**

A Oitava Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas insta às Igrejas-membros e ao Movimento Ecumênico a que lutem em favor:

- do cancelamento da dívida dos países empobrecidos e gravemente endividados, para que ao entrar o novo milênio possam recomeçar;
- da redução substancial da dívida dos países de renda média gravemente endividados dentro do mesmo marco temporal;
- da participação da sociedade civil nas funções de decidir e vigiar a maneira como os fundos de que se disponha logo depois do cancelamento da dívida não de ser utilizados para reparar os danos sociais e ecológicos;
- do estabelecimento de um procedimento de arbitragem, transparente e independente, para o cancelamento da dívida, e de políticas éticas em matéria de solicitação e concessão de empréstimos, a fim de prevenir a futura reaparição da crise da dívida.

E que:

• promovam práticas de governo alinhadas à ética em todos os países, e instem os governos a adotar medidas legislativas contra todas as formas de corrupção e uso indevido dos empréstimos;

• estejam preparados para oferecer pleno apoio às populações empobrecidas dos países endividados caso estes não possam cumprir as obrigações do serviço da dívida e sofram sanções em consequência.

Em consonância com a tradição do sabá-Jubileu, a Oitava Assembléia faz um chamamento aos líderes dos países do G-8 para que reconheçam a urgente necessidade de:

- cancelar as dívidas dos países mais pobres para que ao entrar o novo milênio possam recomeçar;
- reduzir substancialmente a dívida dos países de renda média dentro do mesmo período de tempo;
- aceitar que o cancelamento da dívida não pode esperar até que se cumpram as condições determinadas pelos credores;
- estabelecer o novo procedimento de arbitragem, independente e transparente para negociar e acordar o cancelamento da dívida internacional;
- adotar medidas para promover o sentido da responsabilidade dos países devedores quando se lhes aliviar a carga da dívida. Estas medidas devem estar determinadas e vigiadas por organizações da comunidade local, incluídas as igrejas e outras organizações representativas da sociedade civil para garantir que o cancelamento da dívida dê lugar a uma distribuição justa da riqueza;
- utilizar seu poder para que os fundos ilicitamente transferidos a contas bancárias estrangeiras secretas, sejam devolvidos aos países devedores;
- iniciar, consultada a sociedade civil, um processo de reforma econômica mundial, encaminhando uma justa distribuição das riquezas e a prevenção de novos ciclos de dívida.

Conselho Mundial de Igrejas



Plenária geral da Oitava Assembléia

# “APESAR DE DIFERENÇAS, PERMANECEREMOS JUNTOS”

Jether Pereira Ramalho

**Mais de quatro mil pessoas, de 120 países e 330 igrejas, participaram em dezembro, na Universidade de Harare, Zimbabwe, da Oitava Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. Temas referentes ao movimento ecumênico, à vida das igrejas e às principais questões da atualidade foram debatidos nesse grande evento, considerado como o jubileu ecumênico**

Muito significativa a escolha da África para receber a Assembléia do Jubileu do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Sinal de que o Movimento Ecumênico não desejava apenas se debruçar sobre sua história tão inspiradora, desafiante e ousada, construída em cinco decênios e participante em todos os momentos decisivos das igrejas e do mundo, mas estava disposto e aberto a discernir os novos sinais dos tempos, e os questionamentos difíceis do presente momento. A realização da Oitava Assembléia em Harare, Zimbabwe (3 a 14 de dezembro de 1998), foi ocasião para se comprovar que o futuro do

cristianismo está se deslocando dos continentes ricos para os países da África e da América Latina. É na África que se manifestam de forma mais candente a desordem e a injustiça do atual sistema mundial com a marginalização, o sofrimento e a fragmentação de sociedades inteiras, mas, ao mesmo tempo, um renovado vigor das igrejas cristãs.

Foi oportunidade para se escutarem as vozes dos povos da África, não só de lamentos, de dor e sofrimento, mas testemunhos de fé e esperança. A dupla herança de opressão e de resistência vem alimentar a oportunidade de determinar e construir o próprio



Forte presença das igrejas africanas

futuro, deixando para trás o fatalismo, o desânimo e a impotência. Há nesse continente um sentido de orgulho por sua identidade e o desejo de construir uma imagem nova dos seus povos e países. A herança e a cultura da África estão presentes nas diversas expressões da fé cristã. As igrejas e governos dos chamados países desenvolvidos têm que reconhecer sua responsabilidade nas decisões e políticas que levaram tanto sofrimento e injustiça a esses povos de existência milenar.

#### A TEMÁTICA DA ASSEMBLÉIA

“Buscai a Deus com a alegria da esperança” —, diante de uma crescente crise mundial, com o alargamento do fosso entre países ricos e pobres, com a estruturação injusta das sociedades, com o desespero de milhões de pessoas sem emprego, com guerras internas nas quais milhões morrem e se mutilam, era um corajoso convite a ter confiança na fidelidade de Deus em meio à confusão e às incertezas do nosso tempo.

A Oitava Assembléia era o momento para celebrar o “jubileu ecumênico”, uma das imagens de maior pujança da esperança da tradição bíblica. E Jesus reafirmou essa imagem no sermão inaugural em Nazaré, procla-

#### O proselitismo constitui ainda um ponto de dificuldades no Movimento Ecumênico

mando a chegada do “ano aceitável do Senhor”. A mensagem bíblica do jubileu é “o rompimento da dominação e da dependência proclamando a reconciliação e a libertação e impondo uma autolimitação ao exercício do poder. Os que controlam os fatores básicos da vida econômica — terra, mão-de-obra, capital — têm que limitar o exercício do poder e até mesmo renunciar a ele, restaurando assim aos pobres e excluídos a base e o espaço para uma vida digna. Têm que praticar a mesma generosidade e justiça que Deus manifesta no ato da expiação, da reconciliação”. “O jubileu ecumênico é um convite a celebrar o oferecimento da reconciliação de Deus e a afirmar a unidade redescoberta e restaurada graças à ação do Espírito Santo no Movimento Ecumênico. Hoje podemos dizer: o que nos une é mais forte do que o que nos separa. Reconhecemos novamente uns aos outros como membros da família de Deus, ainda que sejamos di-

ferentes”, como afirmou o rev. Konrad Raiser, secretário-geral do CMI, em sua mensagem inicial.

Inspirada por esse chamamento de alegria e de esperança, a programação da Assembléia desenvolveu-se por meio de grandes eixos centrais: o momento de transição do Movimento Ecumênico; a reestruturação e programação do Conselho Mundial de Igrejas; os grandes temas da atualidade; e a partilha das experiências ecumênicas.

#### TRANSIÇÃO ECUMÊNICA

Sem perder o carisma profético que marcou toda a história do CMI, algumas tensões ficaram mais visíveis neste momento do ecumenismo, as quais vão desde a aplicação da nossa fé à problemática essencial que aflige o mundo de hoje, assim como à própria compreensão das novas formas de expressão das igrejas cristãs e de outras religiões. Quando Cristo nos chama a sermos um, também está nos convidando a um compromisso comum, com as questões éticas, sociais e econômicas de nosso tempo.

As tensões não se localizaram apenas nas interpretações e nas atitudes decorrentes da conjuntura atual, mas também no próprio campo da eclesiologia e da missiologia. O proselitismo constitui ainda um ponto de dificuldades no Movimento Ecumênico.

Foi visível o mal-estar de algumas igrejas ortodoxas diante do desenvolvimento, das ênfases e das prioridades através do Movimento Ecumênico, assim como a forma de estruturação do próprio Conselho Mundial de Igrejas.

O “Décênio Ecumênico de Solidariedade das Igrejas às Mulheres” propiciou algumas mudanças notáveis na



do da Reforma e das Igrejas Ortodoxas, mas compreender, aceitar e enriquecer o mosaico do cristianismo com as novas manifestações do Espírito.

O conjunto de tantos desafios no âmbito das igrejas, assim como a nova estruturação da sociedade, está exigindo do CMI a sensibilidade para criar novas formas de atuação, sem abandonar ou enfraquecer o seu carisma profético e o compromisso fundamental da luta pela unidade das igrejas e dos povos. Esse esforço manifestou-se na Assembléia, sem, entretanto, se chegar a uma definição totalmente satisfatória.

#### TEMAS DA ATUALIDADE

Característica marcante do Movimento Ecumênico e principalmente das grandes assembléias mundiais do CMI têm sido a sensibilidade e o comprometimento com as grandes questões da conjuntura mundial. Também, em Harare, a “agenda do mundo” estava presente na “agenda das igrejas”. Não era possível ficar impassível diante de situações-limite do atual momento histórico. O processo da globalização financeira que afeta praticamente todos os países empobrecidos; a situação angustiante e dramática do continente africano; a imple-

atitude das comunidades eclesiais referente às questões de gênero. Não são tantas quanto se esperava, mas suficientes para questionar profundamente certas tradições e estruturas eclesásticas.

Houve avanços e também dificuldades no entendimento da relação evangelização e cultura, tanto no concernente à proclamação contextual do Evangelho em todas as culturas como o poder transformador do Evangelho em qualquer uma delas. O pujante crescimento das chamadas igrejas independentes da África e a integração dos seus elementos culturais em todos os aspectos da vida religiosa (música, gestos, símbolos, proclamação de mensagens, relações comunitárias, estrutura da congregação, etc.) constituem-se em fortes questionamentos ao rigor de certas tradições das igrejas históricas. O desafio para o Movimento Ecumênico está em como não perder o substancial legado bíblico e teológico principalmente oriun-



CMI/ Chris Black

A reflexão teológica sobre o tema da Assembléia foi apresentada pelo arcebispo Anastasios (Tirana), pelo dr Kosuke Koyama (Japão) e pela professora Wanda Deifelt (Brasil)



KOINONIA

Coro que participou das celebrações

Os cultos foram verdadeiras celebrações pentecostais. O Espírito Santo sentia-se livre para atuar

mentação e ampliação dos direitos humanos; a situação de Jerusalém e todo o conflito da Palestina; as guerras nos países africanos e especialmente o caso do Sudão; o uso de milhares de meninos como militares nas guerras internas de muitos países; a continuidade da campanha pelo reconhecimento dos direitos das mulheres; o compromisso de preservação da

em todos os lugares onde discriminações se efetivam.

#### CULTOS E ESTUDOS BÍBLICOS

Certamente a parte devocional foi um dos momentos marcantes da reunião. Preparados por uma excelente equipe de liturgistas de vários países, os cultos foram fonte inspiradora para as atividades do dia. O coro, formado especialmente por pessoas oriundas das igrejas africanas, com suas lindas vestimentas típicas, embalado pelo ritmo de uma vibrante e alegre musicalidade e acompanhado de expressivos gestos, encheu o ambiente de um espírito de alegria e ação de graças.

Os cultos realizaram-se numa grande tenda com capacidade para

cultos, a Assembléia se dividia em grupos de estudos bíblico, para aprofundar a mensagem do dia.

#### PADARES

Uma experiência pioneira da Oitava Assembléia foram os *padares*. *Padare* é uma expressão da língua *shona*, da região do Zimbábue, que significa local, reunião para troca de experiências. De muitas partes do mundo, igrejas e organizações ecumênicas se inscreveram para esse momento de partilha. Foram mais de duzentas apresentações, extremamente variadas, que possibilitaram um amplo painel demonstrativo da pujança e criatividade do ecumenismo. Como muitas apresentações aconteciam simultaneamente e em lugares muito diferentes da Universidade de Harare, houve uma certa dispersão e dificuldades de participação mais efetiva dos componentes da Assembléia. Certamente essa experiência merecerá uma avaliação por parte do CMI.

#### REAFIRMAÇÃO DO COMPROMISSO

O espírito marcante de Harare foi o fortalecimento do compromisso assumido na primeira assembléia em 1948, em Amsterdã. Apesar das dificuldades que se podem apresentar, das diferenças que existem nas expressões da fé cristã, nos agravamentos das crises mundiais, nas incompreensões surgidas na caminhada ecumênica, reafirmou-se o voto assumido perante Deus de que “permaneceremos juntos”. Não permitiremos que problemas conjunturais, que a reafirmação de identidade confessional, que os novos desafios do mundo possam sobrepujar o compromisso maior com a mensagem do Evangelho de busca incessante da unidade do corpo de Cristo e de toda a *oikoumene*.

Apesar das dificuldades que se podem apresentar, das incompreensões surgidas na caminhada ecumênica, reafirmou-se o voto assumido perante Deus de que “permaneceremos juntos”



Tenda onde foram realizados os cultos da Assembléia

natureza; foram objeto de amplos debates e resultaram em declarações oficiais da Assembléia e linhas programáticas para o CMI.

O significado das nítidas posições do CMI perante situações e estruturas de injustiça na conjuntura mundial foi, mais uma vez, comprovado pelo testemunho proclamado na Assembléia pelo presidente Nelson Mandela, da África do Sul. Ele veio agradecer o apoio recebido na luta contra o racismo e contra o *apartheid*, não só no país dele mas

quatro mil pessoas. O símbolo da tenda é a peregrinação e provisoriedade. Participantes de muitos países em diversas línguas apresentaram testemunhos, orações e mensagens. Foram verdadeiras celebrações pentecostais. O Espírito Santo sentia-se livre para atuar.

Destaques especiais para os cultos de abertura e encerramento e muito especialmente para a celebração do jubileu ecumênico, em que se recordou a atuação do CMI nos seus cinquenta anos de existência. Depois dos

Jether Pereira Ramalho, presidente do Cesepe e integrante de KOINONIA.

# OS FILHOS VÃO À ESCOLA

*Bom pai, boa mãe, mandando os filhos à escola, ninguém tem dúvidas de que isso é coisa certa que se faz sem perguntar, obrigação de todo pai, os filhos precisam ser educados, o futuro vem aí, a escola prepara para o futuro, sem diploma fica mais difícil arranjar emprego, é sempre uma garantia, assim a gente pode morrer sossegado...*

*E por causa disso, porque todo mundo sabe que deve ser assim, que isso é o certo, ninguém pergunta sobre as operações que as escolas executam sobre as crianças. Por vezes elas regam e adubam, mas frequentemente são amputações, torções, insensibilizações, inibições, aversões e paralisias o que elas impõem sobre a inteligência.*

*Gosto demais das bonsais, aquelas árvores em miniatura criadas pela paciência japonesa. Tenho várias, algumas que comprei, outras que amigos me deram. Mas fiquei assustado quando, uma vez, me veio a idéia de que a escola faz com as crianças aquilo que os criadores de bonsai fazem. Bonsai é uma árvore sem vontade própria. A vontade da árvore é ser grande. Aí o criador-artista discorda, diz que sabe o que é melhor para ela, e vai, periodicamente, podando a sua raiz. A vontade dela era crescer reto. Aí o*

*criador de bonsais enrola nela uns arames que a torcem, para que ela fique do jeito como ele quer, torta, curvada, freqüentemente com uma expressão de sofrimento, árvore batida pelas tempestades.*

*Veja, exemplo disto, o filme “Sociedade dos poetas mortos”. O filho queria ser a árvore que morava dentro dele, teatro, arte, poesia. Veio o pai e lhe disse: “Não, você não vai ser a árvore que você quer ser. Você vai ser médico. Sou seu pai, sou mais velho, sei o que é melhor para você.” Vejam o filme. Antes, porém, comprem um livro com poemas de Walt Whitman. Por falar nisso, vocês que foram à escola e tiraram diploma: na escola leram os poemas de Whitman para vocês? Vocês aprenderam a amá-lo? Claro, claro, tiveram aulas de literatura. Aprenderam sobre escolas e estilos literários, a diferença entre lírico e épico, decoraram nomes e datas. Para passar no vestibular. Mas não aprenderam a amar Walt Whitman... Não era preciso. No vestibular não se pergunta se o aluno ama Walt Whitman. Vocês aprenderam análise genética para fazer o cálculo de coelhos brancos, coelhos pretos e coelhos cinzentos, ‘mendelianamente’, aprenderam e esqueceram, como sempre acontece, mas não aprenderam a amar Walt*



Whitman, que os acompanharia a vida toda. Que pena!...

Todo mundo sabe, por isso ninguém pergunta. É praticamente inútil conversar com os pais sobre o assunto. Difícil conversar com os pais pobres. Eles lutam pela sobrevivência diária. Quem luta pela sobrevivência diária não pode se dar o luxo de plantar árvores que só vão dar frutos daqui a quinze anos. Mais difícil é conversar com a maioria dos pais de classe média para cima. Eles pensam que sabem, e sofrem da burrice específica de sua classe. Um conhecido, que vende equipamentos para consultórios médicos, me disse que é muito importante que nos equipamentos haja luzinhas, vídeos com curvas luminosas, e barulhinhos eletrônicos. Isso exerce grande fascínio sobre os clientes. Um consultório cheio de equipamentos deve ser um lugar mais confiável que um consultório onde só haja um médico com seus cinco sentidos e a sua inteligência. O mesmo princípio se aplica às escolas: seus certificados de qualidade são os computadores e outros equipamentos que elas põem à disposição dos alunos. Faz tempo, visitei um dos colégios mais famosos e badalados da região, colégio preferencial das classes ricas, ter um filho em tal colégio é tanto sinal de status quanto ter um BMW ou ser sócio da Hípica. Era uma feira de ciências: uma porção de aparelhinhos divertidos, os alunos fazendo os aparelhinhos funcionar. Aí eu fui conversar com eles, para me explicarem o que estava acontecendo, e descobri que eles sabiam fazer o truque, mas não sabiam por que ele acontecia. Mas os pais, é claro, estavam encantados que os filhos estivessem num colégio tão maravilhoso com tantos brinquedinhos caros.

Eu acho que os laboratórios, nas escolas, têm uma função educativa negativa: antes que qualquer coisa seja neles ensinada, eles ensinam uma coisa errada: que ciência é aquilo que acontece nele. Existirá coisa mais burra que pensar que ciência é coisa de laboratório? Na crônica, quando falei sobre história, minha queixa era semelhante. O ensino da história isola a história: faz os alunos pensar que história é uma coisa que acontece em algum lugar e tempo distantes da casa deles. Mas a história é um rio que passa por dentro da minha casa. Todos os objetos têm uma história. Todos os objetos me fazem mergulhar no passado dos homens. Marx falava em "análise da práxis"

— que os ativistas marxistas traduziram como análise das atividades políticas dos partidos. Mas "análise da práxis" é tomar um objeto, na sua condição imóvel, congelada, tocá-lo com o pensamento, e vê-lo ganhar vida, contando o processo através do qual ele foi criado. Se suspeitam de Marx, podem ir a Hegel: o resultado é o mesmo.

Caso idêntico é o da ciência. Os laboratórios silenciosamente dizem aos alunos que ciência é aquilo que acontece naquela sala onde se encontram aqueles aparelhinhos. Mas ciência não é nada disso. A ciência está em todos os lugares, tudo na casa tem a ver com ciência. Ciência é um jeito de olhar para as coisas e de pensar sobre elas e não um jeito de fazer truques em laboratório.

Penso um currículo centralizado na casa. A casa tem tudo para fazer pensar. Por que escolhi a casa? Porque a casa é o lugar da vida delas. A aprendizagem só acontece quando está ligada à vida. Lá encontram os objetos do seu cotidiano. Brincando com eles, as crianças aprenderão a pensar. Pensar é brincar com as idéias.

Dirão que é pouco: o mundo é muito mais vasto que a casa. Acontece que esse vasto mundo é uma árvore cujas raízes estão na minha casa. Para se chegar à copa a criança tem de começar pelas raízes.

Assim aconteceu comigo. Meu interesse pela economia surgiu quando, aos seis anos perdi o sono, pensando em como me arranjaria para sobreviver, quando meu pai morreu. Meu interesse por coisas mecânicas se desenvolveu na minha casa, quando comecei a desmontar relógios. Meu interesse pela eletricidade apareceu quando eu resolvi construir um telégrafo de brinquedo, ao qual prendi dois fios descobertos que, ligados na tomada, provocaram uma explosão que me apavorou. Meu interesse pela química surgiu quando eu ajudava minha mãe a limpar os tachos de cobre de azinhavre, venenoso nas goiabadas. Adulto, aprendi que o verde-azinhavre é precioso em objetos artísticos de cobre, técnica de simples aprendizagem: basta fazer xixi neles, como me ensinou o Geraldo Jurgensen.

Por que enviamos nossos filhos à escola? Digo que é para que eles tenham a alegria de pensar. Resta perguntar se as escolas fazem isso.

# PRESENÇA EM NOSSO TEMPO

Carlos Cunha

**T**EMPO E PRESENÇA faz vinte anos bem vividos, apesar de sofridos, de presença em nosso tempo.

Sem compromissos outros que não o único compromisso maior com essa apaixonante afluência de centenas de rios, arroios, regatos a um ponto não premeditado, mas intensamente sonhado do Movimento Ecumênico. E este é o fato mais incrível que marca este último século de um milênio: o Movimento Ecumênico, utópico para além de todas as tentativas de se estruturar. Não há como deixar de perceber, sem dúvida, no interior de tal movimento quase avalanche, as presenças carreiristas dos que anteviram oportunidades de se afirmarem, de aparecerem, de 'turistarem' pelo mundo sem comprometermos que não os de conseguirem saber o momento exato de dizer não ou dizer sim sem se importarem sobre qual seria o conteúdo das perguntas.

TEMPO E PRESENÇA escusou-se de um papel assim. Nestes anos não se deixou travestir de revista de teologia, embora isso tenha sido tentado; nem de sociologia ou economia, o que também se lhe quis impingir; nem se deixou travestir de revista político-partidária, apesar de aqui e ali ter sido freqüentada por lideranças partidárias.

Fiel à sua vocação ecumênica, TEMPO E PRESENÇA se tem tornado presença notável em tempos teológicos, antropológicos, socioeconômicos, políticos. Esta é sua herança, habitar na *oikoumene*. Uns poucos eleitores (que a elegeram sua) e eleitos (alvos desejados dos recados dela) souberam ler-lhe as colunas ora esbravejantes contra as trevas que nos eram impostas, ora ampliadoras de luzes percebidas a fim de fazê-las clara. Nas trevas tinha as vozes de tro-

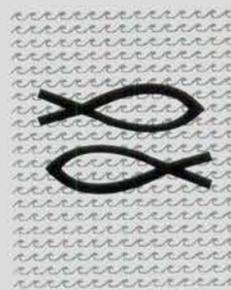
vões a se fazerem ouvir contra tudo e contra todos os diabos da noite, e raios de coriscos a iluminar — revolta e luz sobre os antros de quando o tempo era tempo de tempestade.

Ao se acenderem pequenas luzes bruxuleantes às vezes de nasceres da liberdade, da paz, da verdade — feitos com tendência a natimortos —, ela, em suas páginas, fortaleceu os bruxuleios que se apagavam e deles fez clarões, presente em tempos de luzes embora fracas, mas luzes, gloriamente luzes.

Nestes vinte anos negou-se a ser presença em tempo não-tempo de mercados onde consciências eram leiloadas. Mesmo quando pareceu que grandes organizações amigas e financiadoras se tinham desinteressado por ela visto não haver mais muro, TEMPO E PRESENÇA insistiu em ser profética e presente num mundo que está longe de ter derrubado outros muros bem mais muros de que o muro.

Vinte anos. Sempre pobre, mas enriquecendo a muitos, pois esse é o único paradoxo capaz de gerar ecumenismo. O Movimento Ecumênico não se faz presença nas grandes bacias captadoras de afluentes, faz-se antes presença nos regatos e córregos e ribeiros e riachos e arroios que somente querem perceber de perto como a água deles próprios é a mesmíssima água de tantos e tantos outros.

TEMPO E PRESENÇA se fez da presença de outras páginas rebeldes também presentes noutros tempos pluritempos e que afluíram para ela, uma revista *post matrem* (pós-mãe): os filhos vieram primeiro e a mãe foi fruto deles. A paixão (felicidade e sofrimento) à dignidade, à justiça, à fraternidade, à lealdade tem disso: um parto às avessas, loucuras de ventos que brincam de soprar saias de men-

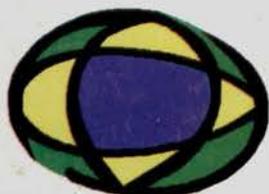


tirinha, engravidam virgens, secam úteros da morte. Nestes anos — já são vinte — TEMPO E PRESENÇA tem sido presença no tempo e, espiritualmente, virou, aglutinada, "Tempresença".

Se é verdade que os chamados de Deus são irreversíveis (pensamento do Apóstolo), verdade mais ainda é que a Revista se mantém inamovível em sua vocação-herança ecumênica. E todas as vezes que uma vocação assim se cristaliza irrevogável, definitiva, assume a capacidade de criar seus 'eleito(s)res'. Podem parecer poucos, mas a fidelidade deles os converte em muitos.

Daí que leitores, eleitos, eleitores desta Revista é que fazemos todos — e somos muitos a fazerem, economistas, cientistas sociais, antropólogos, psicólogos, teólogos, biblistas, cronistas, repórteres freqüentadores que tiveram capacidade e coragem de anunciar por escrito coisas de seus conhecimentos de sua experiências de seus jeitões inspirados e sempre inspiradores, uma imensa 'galera' destemida, alguns carregando as marcas do exílio, da tortura, da exclusão, da prisão, da degradação política, mas vivos, sempre vivos a gritarem sua vitalidade, ferrados e marcados que nem cavalos e bois, mas que jamais se fizeram propriedade dos que os marcaram e ferraram, porque "gado a gente marca, mas com gente é diferente" — fazemos todos, neste anos vinte gloriosos anos de TEMPO E PRESENÇA, presença em nosso tempo.

Carlos Cunha, jornalista e integrante de KOINONIA.



## Manifesto do Tribunal da Dívida Externa

UM PODEROSO PREDADOR corrói as entranhas da economia brasileira: a dívida externa. Juntamente com a dívida interna, elas formam os mais importantes causadores da estagnação em que se encontra o País: enquanto máquinas param, empregos desaparecem e a miséria e a exclusão aumentam sob a alegada "falta de verbas", o pagamento dos juros e amortizações aos credores são honrados pontualmente.

Pelo impacto que têm na vida de todos os brasileiros, estas dívidas escapam ao terreno meramente contábil e adentram a seara política, ética e moral da vida nacional. Nós queremos convidar você a julgar essas contas, suas causas e conseqüências, como um réu acusado de diversos delitos.

Esses débitos, como a metástase de um câncer, não param de crescer. Tomemos a dívida externa, por exemplo. Em 1964, ela era de US\$ 3 milhões; uma "ninharia", se compararmos ao volume que veio a atingir ao longo dos anos. Nove anos depois, ela já remontava US\$ 13,76 bilhões. Em 1978, chegou a US\$ 52 bilhões, saltou para 71,5 bilhões em 1980 e para US\$ 115 bilhões em 1989. Em 1994, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, esse papagaio chegou a US\$ 146 bilhões. Hoje, ela está batendo em 212 bilhões de dólares. O mais curioso — para dizer o mínimo — é que somente de 1989 a 1997, o Brasil já desembolsou, a título de juros e amortizações, US\$ 216 bilhões. Ou seja, a dívida era 115, pagamos 216 e continuamos devendo 212 bilhões de dólares. Somente em 1998, pagaremos pelo serviço da dívida, o equivalente ao orçamento anual do ministério da Saúde: US\$ 17,8 bilhões.

Em que foi gasta essa dinheirama? Para tentar descobrir isso, é preciso conhecer os dois ciclos mais recentes de endividamento pelos quais passou o País. No final da década de 1960, havia capital em excesso nos países ricos, a juros baratos. Era época do governo Médici, o mais repressor de toda a ditadura. O Brasil aproveitou-se dessa onda e se endividou muito para financiar as obras faraônicas do que ficou conhecido como "milagre brasileiro". A partir de 1973, com a crise do petróleo, os juros internacionais começaram a subir e os empréstimos foram encarecendo, até que o País, juntamente com outros, chegou a um ponto, no começo dos anos de 1980, em que virtualmente quebrou. Uma lenta agonia do modelo de desenvolvimento adotado após 1964, acabou redundando em recessão, desemprego e um custo social altíssimo.

Sem resolver positivamente estes problemas, entramos nos anos de 1990 deparando-nos com um novo quadro de excesso de capitais no mundo desenvolvido, que não conseguia realizar lucros na esfera da produção. Atraídos pelos altos juros que se dispunham a pagar diversos países em desenvolvimento, esse dinheiro correu do centro para a periferia do mundo rico, alcan-

çando, entre outros, o Brasil. Teve início um segundo ciclo de endividamento para os países da América Latina. Essa fase serviu basicamente para financiar o aumento de reservas cambiais e o aumento do volume de importações, além de ser extremamente funcional na adoção de planos de estabilização, como o Real. E, diferentemente da etapa anterior, esse novo endividamento sequer plantou obras no País; a marca que ficará é a da importação de automóveis, aparelhos eletroeletrônicos, macarrão, trigo, algodão e uma série de quinquilharias. O resultado? A destruição da indústria nacional e milhões de desempregados nas ruas.

A dívida externa está relacionada à dívida interna como unha e carne: a principal maneira do governo obter dólares para honrar seus compromissos externos está em conseguir mais empréstimos, atraindo o capital especulativo com altas taxas de juros. Os agiotas internacionais adquirem títulos do Governo e deixam seus dólares no Banco Central. Depois de um tempo, resgatam seus títulos, acrescidos dos juros que, no mais das vezes situam-se ao redor dos 40% ao ano, os maiores do mundo. Assim, para tapar um rombo, o Governo abre outro, endividando-se mais para rolar outro débito. A dívida interna era de US\$ 63 bilhões em 1993 e hoje chega a US\$ 330 bilhões. Só para rolar esse papagaio, o Governo paga ao ano cerca de US\$ 140 bilhões.

Este tema interessa a cada brasileiro. Não é um tema apenas para especialistas. Todos pagamos a dívida externa a cada fila que enfrentamos num hospital público, a cada emprego que perdemos e a cada vez que vemos nossas condições de vida piorarem.

Por isso, convidamos você a participar do Tribunal da Dívida Externa. Este evento tem como objetivo denunciar e julgar a dívida externa, identificar os responsáveis por ela e sensibilizar a sociedade brasileira para o tema. O júri será montado nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1999, na sede da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diversas personalidades nacionais, como lideranças políticas, economistas, juristas, artistas e intelectuais estarão depondo e julgando esse réu sem rosto da vida brasileira.

CNBB/Cáritas – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço  
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs  
MST – Movimento dos Sem-Terra  
CMP – Central de Movimentos Populares  
IERJ – Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro  
CORECON-RJ – Conselho Regional de Economia 1ªRG  
PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul  
SINDECOR-RJ – Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

Extraído e adaptado do *web site* do Tribunal da Dívida Externa – Fórum Rio de Janeiro  
<http://www.jubileu2000.org.br>